

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**AS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL:**

**NOVAS DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

**OLINDINA MARIA DA SILVA**

FLORIANÓPOLIS – SC

2004

OLINDINA MARIA DA SILVA

**AS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL:  
NOVAS DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO  
EM: 30/06/04

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, orientado pela Professora Dra. Ivete Simionatto.

*Teresa Kleba Lisboa*  
**Teresa Kleba Lisboa**  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS – SC  
2004

**OLINDINA MARIA DA SILVA**

**AS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL:  
NOVAS DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA**



---

**Professora Ivete Simionatto, Dra.  
Presidente**



---

**Professora Adriana Zanqueta Wilbert, Ms.  
Primeira Examinadora**



---

**Professora Vera Inez Gauer Nilsson  
Segunda Examinadora**

**Florianópolis, 30 de junho de 2004.**

*“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,  
Muda-se o ser, muda-se a confiança,  
Todo mundo é composto de mudança  
Tomando sempre novas qualidades”.*

*(Luiz Vaz de Camões)*

*Dedico este trabalho à todos que colaboraram para  
sua efetivação, especialmente à minha mãe Divalma e  
ao meu companheiro de todas as horas, Roni.*

## AGRADECIMENTOS

Considerando-se que não é possível alcançarmos nossos objetivos sem dividir as alegrias e as angústias com aqueles de estão dispostos a nos ajudar, dedico meus sinceros agradecimentos:

- As energias positivas do universo que conspiraram em favor da realização deste sonho;
- Aos meus pais pela vida, e em especial a minha mãe Divalma, figura guerreira em que me espelho, como mulher e como pessoa, que me apoiou até o último momento, tanto através de incentivo moral como financeiro;
- Aos meus irmãos e sobrinhos pelos momentos de carinho e descontração, quando compartilhávamos as tainhas na casa da Divalma;
- À professora Ivete Simionatto pelas valiosas contribuições na elaboração deste trabalho;
- Aos membros da banca pela contribuição à formação profissional enquanto docentes no decorrer do curso;
- Aos amigos que conquistei ao longo desta vida, com destaque para as “abigas” do Serviço Social, com as quais compartilhei momentos agradabilíssimos, nas “festinhas” durante a vida acadêmica, bem como nos momentos que junto podemos refletir e construir conhecimento, em especial à amiga Juli, pelo incentivo nos momento em que pensei em desistir;
- Às colegas de trabalho no Conselho Tutelar de Florianópolis pelo apoio;
- E um agradecimento todo especial ao meu companheiro, amante, amigo de todas as horas, Roni obrigada por toda dedicação, em especialmente no que se refere à realização deste curso de graduação. Pela paciência, pelo carinho e pela compreensão, serei eternamente grata.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Síntese conceitual de responsabilidade social.....40

Ilustração 2 – Lista de Amostra de *Stakeholders* Primários (p) e Secundários (s).....48

## RESUMO

SILVA, Olindina Maria da. **AS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL: NOVAS DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL**, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda o tema relativo a Responsabilidade Social. Apresenta algumas considerações sobre as transformações que vem ocorrendo nas relações entre Estado e Sociedade assentadas nas políticas neoliberais. Identifica nesse contexto o processo de Reforma do Estado, o desmonte da esfera pública não-estatal e o repasse de grande parte das políticas sociais para as organizações do Terceiro Setor, dentre elas, as articuladas em torno da filantropia empresarial. Essa área vem se apresentando como uma nova maneira das empresas gerirem seus negócios, bem como de responder às exigências do competitivo mercado capitalista. Evidencia-se também neste cenário novas demandas para os profissionais de Serviço Social que passam a ser requisitados para atuar em projetos sociais sob a coordenação das empresas privadas. Mesmo considerando ser este um novo campo de trabalho, os profissionais devem pautar sua atuação sempre em direção à ampliação da cidadania, da democracia e na defesa dos direitos sociais.

**Palavras Chaves:** Serviço Social, Responsabilidade Social, Sociedade Civil.

## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

RESUMO

INTRODUÇÃO.....	09
1 DA MINIMIZAÇÃO DO ESTADO À RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	11
1.1 O Estado e a Sociedade Civil.....	11
2 A REFORMA DO ESTADO NO BRASIL.....	18
3 SOCIEDADE CIVIL, TERCEIRO SETOR E FILANTROPIA EMPRESARIAL.....	25
4 RESPONSABILIDADE SOCIAL NO CONTEXTO DA FILANTROPIA EMPRESARIAL.....	36
4.1 Conceituação e Contextualização.....	36
5 A RESPONSABILIDADE SOCIAL E AS NOVAS DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65

## INTRODUÇÃO

Vivemos na atualidade um cenário de desmonte da estrutura estatal, via Reforma do Estado, que dentro do ideário neoliberal e segundo as determinações de organismos internacionais, coloca restrições para a atuação do Estado frente às questões sociais.

Com este desmonte, a responsabilidade na implementação de políticas públicas é repassada, em grande parte, para a sociedade civil caracterizando-se assim ambiente fértil para o Terceiro Setor, bem como para a crescente onda da Responsabilidade Social Empresarial. Este cenário, de enfrentamento das questões sociais via voluntariado e filantropia, caracteriza a oferta pontual e seletiva de políticas sociais, em detrimento de um sistema de garantia pautado na universalização dos direitos e na democracia, o que traz profundas transformações no modo de gerir as políticas sociais.

O objetivo central do presente trabalho é contribuir de maneira crítica e reflexiva para o debate a cerca da Responsabilidade Social e da atuação profissional frente as novas demandas postas na atualidade, uma vez que se caracteriza um como um tema importante para a formação profissional e deve ser olhado com atenção pela categoria, pois configura-se como um novo e crescente mercado de trabalho para o Serviço Social.

Dessa forma, busca-se traçar um panorama sobre as transformações que vem ocorrendo nas relações Estado-Sociedade, principalmente no que se refere às novas demandas surgidas no contexto empresarial através dos programas de responsabilidade social, bem como no Terceiro Setor. Através de uma pesquisa teórica, buscou-se abordar as concepções de Estado e sua configuração dentro da sociedade capitalista, sua reforma com ênfase no Terceiro Setor e, neste contexto, as práticas da filantropia empresarial via programas de Responsabilidade Social Empresarial.

Aborda-se, a seguir, o tema Responsabilidade Social frente a ausência do Estado, como forma de desmonte das políticas sociais públicas. E, por último busca-se situar a responsabilidade social como uma das novas demandas colocadas ao Serviço Social e de que forma a profissão pode posicionar-se frente a este desafio. Seguem as considerações a respeito do conjunto de informações e reflexões trabalhadas no decorrer da pesquisa e as referências utilizadas.

# 1 DA MINIMIZAÇÃO DO ESTADO À RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

## 1.1 O Estado e a Sociedade Capitalista

O Estado moderno está intimamente ligado ao processo de construção da sociedade capitalista. Porém, como organização humana, o Estado é anterior a ela e o seu conceito é construído junto com a história da sociedade humana e está diretamente ligado ao seu desenvolvimento. Sendo assim, ao longo da história, diversos pensadores analisaram as transformações ocorridas com o Estado e o conceituaram, atribuindo-lhe algumas características e trazendo algumas considerações e críticas à respeito dessa instituição. Pode-se perceber que sua conceituação está sempre ligada a sua legitimidade perante a sociedade.

Sendo assim, Hobbes, tratando do Estado absoluto, coloca que a sua função está em manter a propriedade e a ordem, pois para ele “o homem é o lobo do homem” e sem o controle do Estado a sociedade estaria fadada à destruição.

Para Hobbes o homem vive inicialmente em “estado de natureza”, designando-se por esta expressão não só os estágios mais primitivos da história mas, também, a situação de desordem que se verifica sempre que os homens não têm suas ações reprimidas, ou pela voz da razão ou pela presença de instituições políticas eficientes. (DALLARI, 1995, p.10)

A questão da propriedade também é levantada por Locke, sendo que, para ele, o Estado é encarregado de garantir o direito à propriedade privada, bem como a segurança pessoal e a liberdade política e econômica. Locke traz também o conceito de cidadão, como aquele possuidor de direitos, porém tais direitos não são universalmente concebidos. Segundo Costa (2000, p.17), “O contrato criava o Estado e os indivíduos - aqueles considerados cidadãos – os proprietários, poderiam dissolver o Estado caso este não

cumprisse suas funções”. Pode-se observar nos apontamentos de Locke que o indivíduo para ser considerado cidadão deveria ter poder e terras, estando, então, a questão da cidadania ligada diretamente à questão da propriedade. Desse modo, o poder garantido pelo Estado estava acessível a poucas pessoas; somente algumas tinham o direito de ser cidadãos e o poder de interferir no que acontecia na sociedade e, principalmente, no aparelho do Estado. Isto pode ser observado nos dias atuais, em que mesmo após várias conquistas sociais, e aprovação de constituições consideradas democráticas, os indivíduos continuam segregados entre ricos e pobres; as diferenças são gritantes entre aqueles que possuem riquezas e aqueles que lutam diariamente pela garantia da sua sobrevivência, sendo bem distinto o poder que cada segmento tem em interferir nos rumos da sociedade.

Assim como Locke, Rousseau considera que a legitimidade do Estado está no contrato que o fundamenta. Rousseau traz como única possibilidade para um Estado democrático a participação popular. Mas, para isso, os indivíduos devem ser iguais tanto nos aspectos legais quanto jurídicos, além de possuírem mais conhecimento, mais cultura, para assim poderem interferir no Estado e garantir a democracia.

Trazendo as considerações de Rousseau para a atualidade vivenciada principalmente pelos países em *desenvolvimento*, onde os Estados nacionais estão submetidos à lógica neoliberal e passando por um processo paulatino de minimização, pode-se considerar que, quando se trata de igualdade no acesso aos direitos, pouco se avançou. Ao contrário, os direitos são constantemente negados e os anteriormente conquistados são estrategicamente desmontados.

Considerando a relação entre o Estado e a sociedade civil, Hegel coloca que o Estado é criado a partir das relações sociais, através das relações de produção e da apropriação da riqueza como algo privado, estando, então, o Estado como regulador dos

interesses privados existentes na sociedade civil. Esta regulação deveria, no entanto, estar legitimada pela ética do Estado e por uma Constituição. (COSTA, 2000)

Marx analisa o Estado Liberal de sua época como o “comitê da burguesia”. Para ele, na sociedade capitalista, a democracia seria sempre limitada devido à exploração do capital através da mais-valia, ou seja, por intermédio da exploração da força de trabalho. Coloca ainda que a classe trabalhadora é a única capaz de produzir através da exploração do capital e também a única capaz de gerir a produção, caso o capitalismo se extinguisse. Deveria, então, organizar-se para lutar pela conquista de direitos e pela participação na política e na economia. (COSTA, 2000)

Historicamente, a luta do proletariado é conhecida. Muitas conquistas foram alcançadas, mas não se pode esquecer, não desmerecendo toda a luta da classe trabalhadora, de que a concessão de alguns benefícios e “direitos”, principalmente através do aparelho do Estado, aos trabalhadores, faz parte da estratégia do capitalismo para amortecer os conflitos gerados pela sua exploração. Outro obstáculo enfrentado pelos trabalhadores em suas lutas está no que Weber coloca referente à legitimidade do Estado em usar da força dentro de um determinado território. Então, pode-se perceber que o Estado, para garantir sua legitimidade perante a sociedade, usa de dois artifícios: a concessão e a repressão, isto sempre para garantir o modo de reprodução capitalista. (COSTA, 2000)

O Estado surge então como um *Estado da coerção e do consenso* – pois ele não pode se sustentar unicamente com o uso da força, apenas desenvolvendo sua “lógica capitalista; pelo contrário, como diria Hirschman (1977), para o Estado conter a “saída” dos seus membros e silenciar sua “voz”, ele deve procurar a sua “lealdade. Para isso deve operar, como observa o conceito weberiano de poder, um mínimo de *aceitação* necessária, um certo grau de *consenso*, segundo Gramsci. (MONTAÑO, 1999, p.50)

A realidade que ora se vivencia é resultado das transformações ocorridas a partir dos anos 1970, no cenário político e econômico mundial no que se refere ao mundo do trabalho e às relações entre Estado-sociedade. Observa-se, nesse cenário que o capitalismo passa a se expandir crescentemente, impondo ao mundo uma nova forma de organizar a vida, sob critérios que visam ao lucro e à acumulação do capital à custa da exploração da mão-de-obra através da mais-valia. A perversa lógica do capital cria um verdadeiro *darwinismo social*, criando a livre concorrência e jogando para o indivíduo a responsabilidade de buscar seu *lugar ao sol* no mercado, impondo rígidos critérios de seleção extremamente exigentes e excludentes.

A miséria, a destruição dos serviços públicos, a perda da cidadania, enfim a legitimação da opressão é vista como uma decorrência do mercado. A violência não escandaliza mais: está inteiramente banalizada. É pena... mas é assim mesmo. O neoliberalismo revela-se, então, no pior dos sentidos, um *darwinismo social*. O mercado é aquele onde os melhores adaptados, os racionais, triunfam. Os outros? Ora, os outros... Entregues a si mesmo, o neoliberalismo aprofundará a miséria e o *apartheid* social não declarado. (MOTTA, 2000, p.15)

Historicamente, o capitalismo vem mostrando sua capacidade de criar e sair de crises. Dentro de um processo cíclico, ressurge das crises ainda mais fortalecido e o Estado sempre vive este processo conjuntamente, apoiando tanto financeiramente como culturalmente a sua recuperação.

A história tem mostrado, com inúmeros exemplos, que o capitalismo, mesmo em crise, tem tido, como a fênix, a capacidade de ressurgir das cinzas, criando “anticorpos” cada vez mais sofisticados contra os variados “vírus” que o ameaçam. E em todas essas experiências o Estado foi a peça fundamental, dando oxigênio ao sistema que o criou. Isto é visível no período Keynesiano, nos Estados ditos “benfeitores, nas experiências “populistas” e, no contexto atual, na reforma neoliberal do Estado, nas privatizações por este promovidas etc. (MONTAÑO, 1999, p.49)

No período Keynesiano, o Estado moderno havia alargado suas fronteiras, ampliando os direitos sociais da classe trabalhadora. No entanto, com a intervenção do capitalismo, através da sua lógica neoliberal, o Estado remodela sua atuação, desmontando

os direitos conquistados e cria condições favoráveis para a expansão do capitalismo, pois como se pode perceber o Estado moderno tem seu processo histórico intimamente ligado ao processo histórico do capitalismo. Pois “o Estado Moderno tem, portanto sua lógica fundante e essencial à sua natureza: ele é o Estado de uma sociedade regida pelo capitalismo, e participa então da *‘lógica do capital’*”.(MONTAÑO, 1999, p.49)

Como já se mencionou anteriormente, o Estado está intimamente ligado ao modo de produção capitalista. As transformações que ocorreram durante seu processo histórico foram influenciadas por fatos como o crescimento da organização dos trabalhadores e a possibilidade de outras formas de sociedade que não a capitalista, como o socialismo, por exemplo. Desta forma, o capitalismo e o Estado vêm se remodelando, buscando alternativas para não perderem sua força, sua legitimidade e continuarem controlando o processo de produção de bens e serviços. “A igualdade jurídica e política não pode contemplar a democracia sem a igualdade social – assim, o Estado capitalista vive um impasse do discurso da cidadania e da prática da opressão”.(COSTA, 2000, p.31)

Os impasses das crises do sistema capitalista causaram grandes modificações nas funções do Estado. Como coloca Offe (1984, p.123), “O Estado não defende os interesses particulares de uma classe, mas sim, os interesses comuns de todos os membros de uma sociedade capitalista de classe”. Pois o capitalismo utiliza-se do aparato do Estado para legitimar sua exploração. Este, por sua vez, passa a criar mecanismos e condições favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo, criação de leis trabalhistas, privatização de empresas estatais, terceirização de serviços, abertura de fronteiras internacionais para exportação, etc. Isto é ainda mais presente com a separação dos países em blocos, de um lado os países de capital desenvolvido e do outro os países pobres chamados de *países em desenvolvimento*, o que facilita ao capitalismo a extensão de seus tentáculos por diversos países. Nesse cenário, os países mais pobres sofrem ainda mais as mazelas da exploração

de seus trabalhadores, principalmente por apresentarem leis trabalhistas mais frágeis, o que acentua as conseqüências da exploração capitalista.

Pode-se perceber, então, que o capitalismo dá uma nova roupagem ao velho liberalismo chamando-o agora de neoliberalismo. Através da lógica neoliberal, procura regular o Estado, redefinindo-o, pois se anteriormente era visto como o soberano, detentor de todos os mecanismos para o desenvolvimento social, para regular a política e a economia, enfim, todos os aspectos da vida em sociedade, agora através da intervenção neoliberal apresenta uma nova forma de ser, mais *enxuto*, o chamado Estado mínimo.

Essa minimização do Estado está posta na ordem mundial, e sempre dentro da lógica capitalista, onde os países mais ricos determinam e dimensionam os países mais pobres, ou os chamados países de terceiro mundo, sempre disfarçados pela teoria da globalização, da quebra de fronteiras, agilização do comércio, das exportações e da troca de informações e conhecimento, ou seja, o capitalismo globalizado. Essa regulação dos países é feita por organismos internacionais, como o Banco Mundial, FMI – Fundo Monetário Internacional, ONU – Organização das Nações Unidas, OMC – Organização Mundial do Comércio, etc. Esses organismos traçam metas que devem ser seguidas pelos países do terceiro mundo, apontando principalmente para a retirada dos investimentos do Estado na área social, ficando assim restrito aos segmentos marginalizados da sociedade, àqueles que não conseguem por si só garantir seu acesso ao mercado e aos bens de consumo.

O Estado remodela-se, muda seu foco de atuação, reduz seus investimentos na área social, sempre para satisfazer a lógica do capital. Porém, esta é uma lógica perigosa e que exige outras ações, outros artificios para se manter, pois juntamente com o crescimento econômico surgem os conflitos, as lutas de classe e também a construção vagarosa, porém progressiva da cidadania e dos espaços de discussão e de exercício dessa cidadania.

Então, o Estado garante sua legitimidade, seu poder de gerenciar as “coisas públicas”, e consolidar a ordem, criando a lógica da democracia. Essa lógica resume-se em utilizar a participação popular, a organização das classes subalternas para lutar pelos direitos sociais, em prol da legitimidade do Estado. “Assim, a participação, a cidadania e a democracia são utilizadas tanto para legitimar o poder, a dominação e o *status quo* quanto para lutar contra eles e contra as desigualdades sociais”.(MONTAÑO, 1992, p.8-9).

Desta forma, ao mesmo tempo o Estado legitima-se com a ampliação da participação popular na política através do voto, também gera conflitos, uma vez que o crescimento da organização popular propicia maior intervenção dos cidadãos no aparelho do Estado, o que pode representar uma ameaça aos governantes que pretendem governar de forma mais autoritária. Então, segundo Carlos Montaño (1999), as duas lógicas, tanto a liberal como a democrática, são contraditórias e ao mesmo tempo a primeira necessita da última para legitimar-se.

Para fugir das contradições geradas nas lógicas anteriores, a liberal e a democrática, cria-se uma outra lógica, a da sociedade civil como um espaço fora do Estado, regulado pelas regras do mercado e que vem para suprir as ausências do mesmo na resolução das questões sociais. Dentro da lógica neoliberal a sociedade civil é regida pela livre concorrência, pela liberdade do indivíduo de *escolher o seu caminho*, de capacitar-se e qualificar-se para ocupar as vagas no mercado de trabalho, e o Estado, através da criação de políticas públicas focalizadas, vai se colocando como um instrumento apenas para atuar e investir naquela parcela da sociedade considerada miserável. .

Neste contexto, o Estado deve se remodelar, redefinindo sua atuação para poder, principalmente, dar conta dos empréstimos adquiridos. Nesse cenário, o Estado deve mudar seu foco de atuação, reduzir gastos, ou seja, inicia-se a implantação de uma proposta de reforma do Estado orientada para o mercado.

## 2 A REFORMA DO ESTADO NO BRASIL

Ao longo das últimas décadas, conforme foi indicado, o Estado vem “encolhendo”, ou seja, diminuindo sua área de abrangência, reduzindo gastos (principalmente na área social). Instaura-se através de sua Reforma um processo de privatizações e terceirizações; enfim, transforma-se no Estado mínimo, repassando à sociedade a resolução das expressões da questão social, antes resolvidas por ele.

O processo de retirada do investimento do Estado na área social se aprofundou a partir da década de 1970, onde, no cenário mundial, está posta uma crise dos Estados nacionais, o endividamento dos países de modo geral, principalmente devido à passagem do setor produtivo para o mercado financeiro, afetando de maneira mais cruel os países do terceiro mundo. Neste contexto surge o processo de reforma do Estado que, segundo Costa (2000, p. 238), “é um elemento da organização de um novo padrão de relações sociais dentro da sociedade capitalista”. Ou seja, a Reforma do Estado, que se dá a partir de uma perspectiva neoliberal, propõe um novo Estado que se relacione de maneira diferente com a sociedade e com o mercado. Propõe “um estado menor, porém mais forte e ágil. Certamente o Estado ficará menor na área social e mais forte na organização das condições gerais para a manutenção do lucro do setor privado” (COSTA, 2000, p.269).

Como coloca COSTA (2000), a Reforma do Estado foi um processo deflagrado pela elite econômica dos países centrais para ampliarem sua dominação no cenário mundial. Mas este processo de Reforma do Estado traz, também consigo, muitas contradições e requer que todos os países passem por uma reestruturação para adequarem-se à nova ordem mundial. Nos países do terceiro mundo esta reestruturação é muito mais profunda e traz conseqüências altamente prejudiciais, principalmente para as camadas de classe subalternizadas.

Neste sentido, as reformas liberalizantes começaram pelos países desenvolvidos como a Inglaterra, seguida dos Estados Unidos, Nova Zelândia, Áustria e outros países europeus, inclusive os que haviam vivido experiências socialistas. Já na América Latina, as experiências de Reforma do Estado foram iniciadas de maneira bastante perversa no Chile, através do regime Pinochet, seguindo o México e a Argentina que iniciaram a reforma ainda na década de 1980.

No Brasil, segundo Bortoli (2000, p. 107), “as condições necessárias para o ideário neoliberal só se deram quando o país conheceu a hiperinflação. As primeiras medidas tomadas pelo breve governo Collor apontavam sua adesão ao Consenso de Washington”.

O *Consenso de Washington* é a denominação que se deu às conclusões da reunião realizada em novembro de 1989, em Washington – Estados Unidos, com o intuito de avaliar as reformas econômicas implementadas nos países da América Latina. Participaram desta reunião representantes do governo norte-americano, dos organismos financeiros internacionais, como Banco Mundial, FMI – Fundo Monetário Internacional, etc., além de economistas latino-americanos.

A avaliação que se procedeu no famoso encontro abrangeu dez áreas: 1. disciplina fiscal; 2. periodização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulamentação; 10. propriedade intelectual. As propostas produzidas para as dez áreas foram regidas por um princípio onipresente: o da soberania absoluta do mercado auto-regulável nas relações econômicas, tanto internas, quanto externas. E para se atingir o mercado pleno, trabalhou com dois objetivos básicos: por um lado, a redução drástica do Estado e a corrosão do conceito de nação, de outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. (FIORI, 1994, apud BORTOLI, 2000, p.108)

O que se pode observar é que a Reforma do Estado está voltada para o mercado, para a diminuição dos gastos públicos, principalmente na área social, deixando para os indivíduos a responsabilidade de buscarem no mercado os bens e serviços essenciais à reprodução da vida humana. Neste sentido, nas reformas que vêm ocorrendo, a ideologia

neoliberal delimita o Estado como aquele que deve gerir a política formal e prover serviços pobres aos pobres da sociedade, deixando que o mercado se autogerencie, regule o acesso aos bens e serviços gerados pelo capital.

“A reforma do Estado foi divulgada pelo Governo FHC como condição para o ingresso do país na 'modernidade globalizada'”.(COSTA, 2000, p. 256). É nessa direção que, ao assumir a presidência da República, Fernando Henrique Cardoso cria o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado - MARE – e nomeia o economista Luiz Carlos Bresser Pereira para assumir o cargo de Ministro, criando o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. O plano articula idéias e aponta saída para a crise do Estado. Aponta medidas que devem ser tomadas para reordenar a economia do país, estagnar a economia e retomar o crescimento econômico. Porém, como coloca Costa (2000), em nenhum momento é analisada a questão da reforma social, do crescimento da inclusão e da distribuição de renda. Aponta-se sempre como único culpado da não efetividade das políticas públicas a ineficiência dos funcionários públicos, o ônus gerado pelos gastos sociais, etc., e não se faz uma reflexão sobre as consequências da exclusão social, da gritante diferença de classes existente no Brasil. Não se cogita a ineficiência do Estado na implementação de políticas públicas eficientes, eficazes, para dar conta da demanda social advinda das reformas propostas.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, aprovado pelo governo FHC em 1995, define a crise do Estado como:

1. uma crise fiscal, caracterizada pela crescente perda do crédito por parte do Estado e pela poupança pública que se torna negativa; 2. o esgotamento da estratégia estatizante da intervenção do Estado, a qual se reveste de várias formas: o Estado do bem-estar social nos países desenvolvidos, a estratégia de substituição de importações no Terceiro Mundo, e o estatismo nos países comunistas; e 3. a superação da forma de administrar o Estado, isto é, a superação da administração pública burocrática. (PLANO DIRETOR, 1995, p.15)

Sendo que para superar a crise e retomar o crescimento da economia, ou seja, alcançar os objetivos da Reforma do Estado, o Plano Diretor coloca:

1. ajuste fiscal duradouro; 2. reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; 3. a reforma da previdência social; 4. a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; 5. a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua "governança", ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas. (PLANO DIRETOR, 1995, p.16)

Apesar de o Governo FHC tentar maquiar o cunho neoliberal da Reforma do Estado que propõe, fica muito evidente que está voltada para o mercado e permeada de medidas privatizantes. O que se pode perceber na prática deste governo foi a diminuição drástica dos investimentos do Estado na área social, bem como medidas de privatização e terceirização. Essa interferência não demonstrou resultados apenas na esfera privada. A Reforma do Aparelho do Estado impõe também que o setor público passe por uma reestruturação no que diz respeito ao seu quadro funcional, pregando a redução do mesmo com o plano de demissões voluntárias e aposentadorias, bem como a flexibilização dos contratos de trabalho através da terceirização. A exigência é que o Estado não contrate mais funcionários, ou seja, não seja mais responsável por formas de emprego estável, e sim contrate empresas privadas para prestar serviços, ficando os empregados submetidos a uma frágil relação de trabalho, com contratos que garantem, cada vez menos, benefícios e direitos trabalhistas. Essa nova forma de contratação é também utilizada por empresas dos mais diversos ramos, inclusive as de atuação internacional, que contratam trabalhadores em países do Terceiro Mundo para realizarem tarefas de produção a preços muito baixos e sob contratos verdadeiramente criminosos, sem assegurarem nenhum tipo de direito ao trabalhador. No Brasil, os direitos foram conquistados por lutas dos trabalhadores ao longo do tempo, principalmente com a Constituição de 1988.

O plano diretor da Reforma do Estado prega que o Estado deve dividir com as organizações sociais e privadas os investimentos e as iniciativas na área social, e coloca como serviços não exclusivos aqueles relativos à educação, saúde, cultura e tecnologia. O Estado estará presente repassando recursos a estas organizações que têm liberdade de gerir estes recursos financeiros, bem como os recursos humanos, sem a burocracia do Estado, o que agilizaria e daria mais mobilidade aos investimentos na área social. Apesar do fato de essas organizações serem determinadas legalmente como sem fins lucrativos, isto não impede que aconteça um clientelismo, tanto no que se refere ao relacionamento com os fornecedores, ou seja, aqueles que negociarem com elas sem a interferência e as rígidas regras do Estado, como por exemplo, as licitações, como no que se refere aos destinatários dos “benefícios” dos serviços oferecidos por estas organizações, podendo contribuir também para a construção de cultura do benefício, do favor em detrimento da cultura do direito e do exercício da cidadania, uma vez que a população entende que o que está sendo feito por ela é um favor, uma caridade e não apenas o oferecimento de um serviço que concretiza um direito do cidadão.

Não se pode deixar de citar que algumas organizações trabalham na direção da construção da cidadania, de maneira ética, oferecendo serviços de qualidade à população, porém a questão está na transferência da responsabilidade do Estado para a sociedade civil.

O repasse de bens e serviços para o mercado também é uma determinação da Reforma do Estado. Isso pode ser constatado, primeiramente, através da privatização das empresas antes estatais e produtivas lucrativas que foram vendidas para a iniciativa privada com a indicação de que não trariam lucro ao Estado. No entanto, agora, nas mãos de grandes empresários demonstram-se bastante lucrativas.

Apesar de Bresser Pereira (1996, p. 255) afirmar que “no caso da privatização, a reforma foi empreendida sem ignorar o interesse nacional do país”, o que se pode perceber

é que as empresas estatais brasileiras foram vendidas às empresas internacionais, principalmente as de bens e serviços essenciais à população, como as de telecomunicações, produção e distribuição de energia elétrica, captação e abastecimento de água, extração de minérios, etc., transferindo assim para o mercado a regulação dos preços destes serviços, e deixando ao indivíduo toda a responsabilidade de acessar os mesmos no mercado, ou seja, só terão acesso os que puderem comprar produtos e serviços básicos, essenciais à reprodução humana, a preços submetidos à auto-regulação do mercado.

E esses serviços são bastante segmentados, com baixa qualidade, de difícil acesso e oferecidos de forma que a população normalmente compreenda como um favor e não como um direito. Desta forma, vários serviços que deveriam ser oferecidos na esfera pública passam para o mercado, tornando-se mercadorias que devem ser compradas e que estão submetidas à regulação da mão invisível do mercado, segundo as determinações e vantagens do capitalismo. Assim, diversos segmentos da sociedade ficam ainda mais vulneráveis, pois várias expressões da questão social ficam sem enfrentamento por parte do Estado.

Nesse contexto,

Para o Estado se sustentar, como organização privilegiada do sistema socioeconômico, e para dar sustento a sua lógica fundante, a 'lógica capitalista' deve se legitimar perante o povo". (...), pois "o Estado assume o problema e converte sua legitimação em legitimação do sistema capitalista; ele assume a responsabilidade e os custos, e os socializa. (MONTAÑO, 1999, p.54)

O Estado, além de repassar para o mercado bens e serviços essenciais à reprodução da vida humana e que deveriam ser oferecidos por ele, ainda cria condições para que estes sejam ainda mais valorizados no mercado da livre concorrência. Pode-se citar como exemplo o desmonte da previdência pública, ficando o Estado responsável pelo que chama de previdência básica e transferindo para o mercado uma lucrativa fatia de previdência privada, que se faz ainda mais valiosa diante da instabilidade do Estado. O caso da saúde

também serve de exemplo. Com o desmonte do Sistema Único de Saúde – SUS, a saúde que é um direito universal passa a ser mais um negócio lucrativo, pois as pessoas passam a procurar no mercado alternativas, como planos de saúde privados, para suprir a lacuna deixada pelo Estado. O mesmo acontece com a habitação, com a educação e as demais políticas sociais públicas.

Enfim, o Estado ausenta-se de grande parte de suas responsabilidades, deixando para o indivíduo a responsabilidade de incluir-se no mercado, e tornar-se um cidadão consumidor. Porém, o que se percebe é que esta retirada do Estado da área social cria um verdadeiro exército de excluídos que não apresenta condições para incluírem-se no perverso mundo do consumo, regulado pela livre concorrência imposta pelo mercado.

### 3 SOCIEDADE CIVIL, TERCEIRO SETOR E FILANTROPIA EMPRESARIAL

Ao longo da história da civilização humana vários foram os sentidos atribuídos à expressão sociedade civil, como coloca Bobbio (1987, p.49):

A digressão histórica mostrou a variedade de significados, inclusive entre si contrastantes, com os quais foi usada a expressão “sociedade civil”. Resumindo, o significado predominante foi o de sociedade política ou Estado, usada porém em diversos contextos conforme a sociedade civil ou política tenha sido diferenciada da sociedade doméstica, da sociedade natural, da sociedade religiosa.

Apesar de atualmente o termo sociedade civil representar um espaço fora do Estado, durante muito tempo tal expressão significava o próprio Estado, como explica Bobbio (1987, p.49):

A idéia de que a sociedade civil é o anteato (ou a contrafação) do Estado entrou de tal maneira na prática cotidiana que é preciso fazer um grande esforço para se convencer de que, durante séculos, a mesma expressão foi usada para designar aquele conjunto de instituições e de normas que hoje constituem exatamente o que se chama de Estado, e que ninguém poderia mais chamar de sociedade civil sem correr o risco de um completo mal-entendido.

Com a Reforma do Estado surge uma nova concepção de sociedade civil, uma visão fundada na lógica neoliberal, que a delimita como um espaço, criado pelo capitalismo, caracterizado pela ausência do Estado, onde se exclui a perspectiva igualitária e coloca para o mercado, através da livre concorrência, a responsabilidade de cada indivíduo de se inserir, se preparar e se qualificar para adentrar o circuito da produção e do consumo. “Nos dias de hoje, o pensamento político e social da direita tende a conceber a sociedade civil como o estado natural da sociedade regulada pelas leis e lógica próprias do mercado” (SILVA et al, 2000, p. 423).

Na definição neoliberal, é na sociedade civil que as relações econômicas e sociais acontecem sem a influência do Estado, pois enquanto este retira sua atuação da área social

e a repassa para a sociedade civil, esta por sua vez fica à mercê da regulação da livre concorrência, sendo ela então, para os neoliberais, o próprio mercado.

Este espaço, o da “sociedade civil”, entendido, como conceitua o liberalismo, como tudo aquilo que está fora da órbita do Estado, parece ser, portanto, o espaço privilegiado para se transladar as questões fundamentalmente econômicas. Aqui, o poder absoluto é o do grande capital, e ele está plenamente legitimado pela lógica da “livre” concorrência. (MONTAÑO, 1999, p.56).

Com este novo panorama, da passagem da lógica do Estado para a da sociedade civil, como mercado, tem-se uma segmentação entre o político, o econômico e o social, bem ao gosto do capitalismo.

Procura-se a “des-economização” das relações políticas e a “des-politização” dos fenômenos tanto “econômicos” quanto “sociais”; com isto obtêm-se a “des-historização” do real ... desta forma ..., dá-se a passagem das questões “econômicas” (“despolitizadas”) do *Estado para a “sociedade civil”* (“mercado” para os liberais), mantendo-se no próprio Estado, algumas áreas “sociais” (também “deseconomizadas” e “despolitizadas”) e os processos “políticos formais” (“deseconomizados”). (MONTAÑO, 1999, p. 57)

Dentro desta lógica, tem-se, então, o Estado como espaço público, responsável pela política formal, e por prover serviços sociais básicos, e a sociedade civil acaba englobando tudo o que está fora do Estado, todas as relações sociais, econômicas, bem como os conflitos e as demandas por serviços sociais, provenientes da ausência de iniciativas do Estado, principalmente na área social. Por este motivo,

Dentro da sociedade civil coexistem interesses contrapostos e contradições econômicas, políticas e culturais. É um espaço de conflitos dentro do qual se processam interesses e princípios ao mesmo tempo em que se criam modelos de interação com o Mercado e o Estado. (DAGNINO, 2002, p.360)

Com a lacuna deixada pela deficiência das políticas sociais públicas, cresce o contingente de marginalizados que necessitam de serviços sociais, que necessitam de seus direitos fundamentais concretizados através de políticas públicas para poderem satisfazer suas necessidades básicas e garantir a reprodução humana. Porém, o Estado atualmente não

direciona seus investimentos para esta área, e o mercado por sua vez transforma estes serviços em mercadorias que estão à venda com seus preços regulados pela livre concorrência. Entretanto, a grande maioria não tem poder aquisitivo para acessá-los. Neste cenário, surge então o chamado Terceiro Setor, como um espaço alternativo para possibilitar que os marginalizados tenham acesso a alguns bens e serviços, através de organizações sem fins lucrativos.

Apesar de ser algo relativamente novo, principalmente no cenário brasileiro, e ainda desprovido de uma definição concreta, as iniciativas sociais que compõem o Terceiro Setor fazem parte da história do Brasil, influenciadas por experiências internacionais, como Estados Unidos e Europa. Com a crise do *Welfare State* nos anos 1970, sob a justificativa do ônus dos investimentos sociais, aposta-se nas iniciativas em parceria com a sociedade para preencher o vazio deixado pelo Estado.

Neste sentido, pode-se perceber um retorno ao passado, ou seja, são adotadas novamente práticas de filantropia e voluntariado, em detrimento da responsabilidade do Estado no provimento de políticas sociais públicas e da participação popular no controle e na exigibilidade de direitos.

No Brasil, as iniciativas voluntárias e filantrópicas são datadas, praticamente, do descobrimento do Brasil. Ao longo de meio século, o país presenciou iniciativas, principalmente, por parte da Igreja Católica, onde, no início, com uma relação direta com o Estado, praticava a caridade e a filantropia através de suas instituições de caridade. Apesar de essas iniciativas, permanecerem presentes no cenário nacional até os dias de hoje, algumas outras iniciativas e outros atores foram inserindo-se ao longo das décadas. Os movimentos sociais surgem no cenário nacional, principalmente para lutar contra o Estado autoritário, e representam, durante algum tempo, uma força importante na luta pela garantia de direitos. Surgem já no final da década de 1980 e 1990, as organizações não

governamentais - ONGs, marcando sua oposição ao Estado, e caracterizadas como organizações sem fins lucrativos que, através da utilização do voluntariado, organizam-se para oferecer serviços sociais à população marginalizada. Conforme define Tenório (2001, p.11) “as ONGs caracterizam-se por serem organizações sem fins lucrativos, autônomas, isto é, sem vínculo com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado”.

A Constituição de 1988 traz a participação popular como um dos seus princípios básicos. “A lei, pela primeira vez, reconhecia que a tarefa pública é dever do Estado e da sociedade. Trata-se de uma tentativa de construir o Estado a partir da sociedade e sob o seu controle” (PANCERI, 2001, p.115). Porém, com a Reforma do Estado a questão da participação popular é utilizada sob a lógica neoliberal de maneira a satisfazer as ações de minimização do Estado. “A concepção de participação presente na Reforma do Estado está associada mais a uma condição individual do que coletiva, centrada no ‘cidadão-cliente’ e numa ‘gramática do poder’, de caráter prescritivo, destituída de conteúdo ético.” (SIMIONATTO, 1998, p.17). Ou seja, uma participação a fim de garantir a perpetuação do capitalismo, através do consumo, e também a participação por intermédio das iniciativas sociais para oferecer serviços não mais exclusivos do Estado.

Neste cenário surgem as mais diversas modalidades de organizações sociais, desde associações de bairros, organizações mais estruturadas e com serviços profissionais, institutos, associações, fundações, enfim, um emaranhado de iniciativas, com os mais diversos objetivos; desde arte e cultura até meio ambiente, compondo então o chamado Terceiro Setor. Estas iniciativas utilizam financiamento de empresas privadas, de alguns convênios com o governo e de organizações internacionais que financiam iniciativas na área social em países do terceiro mundo, como o é o caso do Brasil, utilizando-se principalmente do voluntariado, para desenvolver suas ações. Estas organizações estão

também submetidas às duras leis da concorrência. Por este motivo vêm cada vez mais se aprimorando, profissionalizando-se para tornarem-se mais organizadas e eficazes, uma vez que os financiadores estão cada vez mais exigentes, no que diz respeito a resultados mais concretos e claros dos investimentos realizados.

Este conjunto de iniciativas, investimentos e organizações é que compõe o Terceiro Setor, sendo que “as organizações do terceiro setor combinam a flexibilidade e a eficiência do mercado com a equidade e a previsibilidade da burocracia pública”. (SALM, 2002, p.19). Porém, como já mencionado anteriormente, a definição do termo ainda gera muita polêmica, não sendo diferente a avaliação dos resultados obtidos com estas iniciativas, bem como o objetivo real de tais ações.

O Terceiro Setor torna-se, assim, um espaço alternativo de enfrentamento às expressões da questão social que ficam descobertas pela ineficácia e, até mesmo, pela inexistência de políticas públicas que deveriam ser oferecidas pelo Estado. É um espaço contraditório e conflituoso, pois serve ao mesmo tempo como possibilidade de inserção e de garantia de direitos, que procura se auto-sustentar, utilizando-se do voluntariado e da filantropia para realizar seus projetos, e serve também ao capitalismo como espaço de repasse da responsabilidade do Estado para os indivíduos, de proverem por si mesmos bens e serviços essenciais à reprodução humana. Segundo Montaña (1999, p.72):

na passagem das políticas estatais (espaço democrático e de lutas de classes) para o “terceiro setor” (supostamente supraclassista), desenvolve-se um verdadeiro processo de esvaziamento da dimensão de “conquista” e de “direito” das políticas sociais, encobrindo estas com a “manto sagrado” da concessão.

Em março de 1999, foi aprovada no Brasil a Lei 9.790, que vem legitimar o Terceiro Setor através da criação da OCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que são qualificadas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos e que por intermédio de tal lei tem normalizada a relação entre Estado e Sociedade Civil,

através do Termo de Parceria, sendo que a dita lei foi regulamentada pelo decreto nº 3.100 de julho de 1999. “Ser reconhecida legalmente como uma organização sem fins lucrativos tem conseqüências importantes para uma organização, devido a uma série de isenções fiscais federais, estaduais e municipais que ela pode obter”. (PANCERI, 2001, p.123). Então a lei delimita o espaço do Terceiro Setor e regula quais entidades serão agraciadas com as vantagens da isenção fiscal. Porém, para tanto, elas devem seguir alguns critérios, como, por exemplo, “não remunerar seus dirigentes, não distribuir lucros a qualquer título, aplicar integralmente os recursos, na manutenção e no desenvolvimento de objetivos sociais, escriturar a receita e despesas de forma exata”. (PANCERI, 2001, p.123)

Mesmo existindo critérios para a obtenção de tal isenção, cabe aqui refletirmos sobre o que isto representa. O Estado concede isenção às organizações para que elas ofereçam serviços que deveriam ser ofertados por ele, ao invés de arrecadar os impostos que reverteriam em serviços públicos. O Estado eximi-se, assim, cada vez mais exime-se de suas responsabilidades deixando o recurso público ser utilizado sob critérios particulares e privatistas. Isto pode ser observado através dos termos de parceria que vem sendo realizados com organizações sem fins lucrativos para a implementação de serviços prestados de forma focalizada para determinadas camadas e grupos sociais.

Esse conjunto de exigências, tanto por parte dos financiadores, como por parte da legislação que regulamenta o setor, as organizações que o compõe vêm se profissionalizando, estruturando-se e necessitando cada vez mais de profissionais qualificados e preparados para trabalharem nesta área, de maneira que este setor possa constituir um nova alternativa de campo de trabalho para os mais diversos profissionais, inclusive para os profissionais do Serviço Social.

As atividades do Terceiro Setor nascem, à semelhança das atividades informais, como estratégias de sobrevivência das próprias coletividades. Só que na medida em que essas atividades não lucrativas vão se consolidando, necessitam de pessoas qualificadas para gerenciá-las. São

peessoas que, apesar de sua formação, podem estar sentindo os efeitos das fontes de emprego tradicionais. Neste sentido, o Terceiro Setor pode estar amenizando os efeitos do desemprego. (GELISNK e ARENTI, Cadernos de Economia, julho-dez, 2001: 80)

O Terceiro Setor suscita ainda muitas polêmicas quanto à sua definição, ao propósito real das ações desenvolvidas no seu interior, em torno de ser uma alternativa ou não para o enfrentamento das mais diversas expressões da questão social, bem como qual é o papel do Estado frente às questões sociais, após o seu surgimento. Mas o que não pode ser negado é a sua existência, e a importância que vem apresentando no cenário, tanto nacional como internacional, constituindo verdadeiramente um conjunto de ações que vêm sendo desenvolvidas levando-se em conta as mais variadas necessidades humanas.

Nesse contexto situam-se também as iniciativas da área privada. Através da filantropia empresarial as empresas privadas investem em ações sociais, sendo por intermédio do financiamento de organizações sociais, ou através do desenvolvimento de projetos sociais, vinculados diretamente à empresa ou a fundações criadas por estas para atuar no Terceiro Setor.

As empresas passam a investir no âmbito social, principalmente para agregarem valor social aos seus produtos, pois através desse investimento ganham, perante a sociedade, legitimidade de seus produtos e serviços.

Esta é uma forma de o empresariado valorizar o negócio da sua empresa por meio do fortalecimento de sua imagem institucional. Afinal, empresas que implementem ações educativas, formativas, junto a crianças e adolescentes carentes, garantem maior legitimidade junto à sociedade como um todo, além de demonstrar uma *postura ética* comprometida com os problemas sociais do país. (RICO, 1998, p.37-38)

No Brasil, a filantropia empresarial é um fenômeno relativamente novo. As iniciativas empresariais caracterizavam-se, geralmente, quando existentes, por iniciativas pontuais e sem impacto na estrutura social como um todo. Porém, como coloca Elizabete de Melo Rico (1998, p.37), “tem havido nos últimos anos, mais pressão na sociedade civil,

como um todo, no sentido de “cobrar” ações efetivas do empresariado para se envolver no processo de desenvolvimento social do país”.

Surge dentro da perspectiva apresentada por Rico, uma outra forma de filantropia empresarial, principalmente após a criação do Grupo de Instituições, Fundações e Empresas – GIFE, em 1995. A criação deste grupo é conceituada por Wilhelm (1995 apud RICO, 1998, p.33) como:

A criação de um grupo que reúne expressivas empresas em torno de interesses comuns, com mediações e comportamentos próprios, parece caminhar no sentido do *alargamento do espaço social* de provimento de bens e serviços públicos podendo vir a ter uma expressão *política* significativa neste cenário, com a introdução de novos conceitos e concepções de desenvolvimento social e cidadania participativa no meio empresarial

Este grupo traz algumas novidades para o entendimento do investimento empresarial na área social, bem como esta entrada do empresariado nesta área, trazendo não só maiores investimentos financeiros, como também um novo trato com as questões de organização interna das instituições do Terceiro Setor, ocasionando a perspectiva de resultados, de retorno positivo para tais investimentos. Referente a esta questão, podem ser citados os apontamentos de Rico (1998, p.33)

Esta novidade da *cidadania empresarial participativa* (o próprio grupo GIFE tem procurado dissociar sua imagem de políticas caritativas, portanto, não gosta do uso do termo filantropia empresarial) procura abandonar as políticas pontuais em favor da obtenção de melhores resultados na ampliação de recursos em programas sociais. Aliás, o empresariado investe usando os conhecimentos nos quais são efetivamente competentes: gestão, planejamento estratégico, planejamento financeiro, estratégias de marketing e capacitação de recursos. Preocupam-se com a profissionalização das entidades sociais, no intuito de maximizar resultados. Faz parte das suas diretrizes, por exemplo, a definição de *critérios* para a *seleção* e a *avaliação* de projetos sociais.

Pode-se perceber que surge uma nova forma de lidar com os investimentos na área social, uma profissionalização das organizações, principalmente frente às exigências dos financiadores.

Nos últimos anos, tem se desenvolvido amplamente uma concepção de Gerência Social das entidades sociais. O investimento no social passa a merecer um tratamento muito semelhante a outros investimentos. É preciso *investir* e obter *resultados*. É preciso saber mensurar, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, aquilo que se obteve por meio da implementação de um programa social. Sem criar estratégias sobre as várias dimensões do processo de avaliação, não é possível mensurar impactos de um programa social e mesmo saber se seus objetivos foram atingidos. (RICO, 1998, p. 26)

Os investimentos do empresariado na área social vêm apresentando transformações consideráveis na estrutura das organizações do Terceiro Setor, inculindo terminologias anteriormente restritas às empresas privadas, como, por exemplo, qualidade, resultados, planejamento, investimento, retorno, eficiência, eficácia, etc. Isso caracteriza não só o uso de termos empresariais, mas também uma nova forma de pensar e gerir estas organizações, que vêm se profissionalizando, que necessitam ser eficientes para concorrerem por financiamento. As empresas utilizam-se dos investimentos na área social para obterem um retorno econômico, perante a legitimidade que assumem na sociedade. Também as organizações que recebem financiamento das empresas privadas necessitam mostrar resultados para legitimarem-se perante o empresariado e assim conseguirem os recursos necessários para o desenvolvimento de seus projetos.

Por sua vez, os projetos apresentados para a concessão de financiamento por parte das empresas privadas devem estar muito bem elaborados, coerentes e, quando não, apresentarem contrapartida financeira ou serem auto-sustentáveis em longo prazo.

Wilheim (1995) apud Rico (1998, p.33-35), traz os critérios utilizados pelas fundações empresariais, na escolha de projetos a serem investidos ou patrocinados:

a) *Atuação junto a uma problemática social apontada pela comunidade.* Na maioria dos casos, as fundações empresariais escolhem projetos que são definidos como prioritários para a instituição financiadora. Procuram a melhoria das políticas básicas como *educação e saúde*, dando, porém, destaque para projetos *culturais* e que procurem estimular a *própria comunidade na solução de seus problemas...* b) *Capacidade de multiplicação das ações do projeto e sua auto-sustentação financeira.* Este critério traduz uma preocupação de que, no decorrer da implementação do

projeto, este apresente um caráter inovador, capaz de ser multiplicador das suas ações/atividades, apresente objetivos e metas claramente definidos, além de uma metodologia capaz de ser avaliada, e que obtenha um grau de auto-sustentação financeira. c) *Finalidade institucional*. As fundações empresariais buscam compatibilizar seus objetivos e sua própria missão com a área de atuação do projeto e seus objetivos específicos. Por esta razão é que vamos encontrar empresas cujo negócio envolve a extração de produtos da natureza. Ao constituírem suas fundações, as mesmas darão prioridade para financiar projetos de conservação da natureza.

O que se pode perceber é que o empresariado, ao investir na área social, é bastante criterioso, uma vez que o bom desempenho de tais projetos interfere diretamente na legitimidade da empresa perante a sociedade. Para tanto, as organizações necessitam profissionalizar seu corpo de funcionários, o que caracteriza uma demanda de trabalho para profissionais qualificados e preparados para lidarem com as exigências deste setor, que tenham qualidades como iniciativa, criatividade, agilidade, etc.

O investimento empresarial na área social é uma realidade crescente no Brasil, porém, pode ainda ser considerado incipiente, bem como acaba por estar direcionado e concentrado em áreas como São Paulo e Rio de Janeiro, não sendo então considerado uma equidade nos investimentos. É preciso ainda superar a questão da regionalização tanto das empresas quanto dos investimentos e projetos desenvolvidos.

Frente ao Estado minimizado pelas reformas neoliberais, as iniciativas do Terceiro Setor ganham maior visibilidade no cenário nacional. As empresas passam a investir na área social, principalmente a partir de 1980, com a difusão da condição de cidadania após a Constituição de 1988, onde a questão da cidadania se difunde, bem como a participação do indivíduo na resolução de seus problemas (sendo ele pessoa física ou jurídica). Dentro dessa visão acontece a sensibilização do empresariado para tal investimento. Esta sensibilização passa não só pela percepção de que cada um deve contribuir para a resolução das questões sociais com a retirada dos investimentos do Estado neste área, mas como também no sentido de contribuir para uma harmonia na sociedade, capaz de

possibilitar a reprodução do sistema de produção e consumo e também garantir que sua empresa seja reconhecida como uma empresa cidadã.

O termo *cidadã* é utilizado no sentido daquela que faz a sua parte na resolução dos problemas sociais. Porém, a questão da cidadania como conhecimento e exercício dos direitos, como emancipação do indivíduo é obscurecida pela *maquiagem* utilizada pelas empresas, uma vez que é uma cidadania limitada aos marcos do neoliberalismo.

Dentro da perspectiva da empresa cidadã e co-responsável pelos problemas sócias, é que se situa a Responsabilidade Social Empresarial, com critérios preestabelecidos que classificam as empresas em socialmente responsáveis ou não. A Responsabilidade Social está ligada com os diversos atores com que a empresa se relaciona, desde funcionários até clientes e fornecedores. Desta forma, os investimentos sociais vão além do financiamento de projetos, voltando-se também para uma reestruturação na forma de gerenciar as empresas. Neste sentido, no próximo item abordar-se-á a questão da Responsabilidade Social, a partir de algumas considerações a respeito do seu surgimento e sua conceituação.

## 4 RESPONSABILIDADE SOCIAL NO CONTEXTO DA FILANTROPIA EMPRESARIAL

### 4.1 Conceituação e Contextualização

A utilização do termo Responsabilidade Social é um fenômeno relativamente novo, principalmente no cenário brasileiro. Apesar de atualmente vir se difundindo no meio empresarial, se apresenta como uma demanda advinda de um processo de transformação da sociedade e do modo de produção de bens e serviços.

As mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas trouxeram consigo a necessidade de reforma nos sistemas de produção social. O que antes era garantido pelos senhores feudais, passa a ser de responsabilidade do Estado, sendo que muitas vezes esta responsabilidade era dividida com a igreja e outros grupos através da filantropia. (BASTOS, 2003, p.29)

Com a passagem do modo de produção feudal para o capitalista, muitas transformações ocorreram, principalmente no que diz respeito à relação entre patrão e empregado, bem como a constituição de um cidadão consumidor que, ao longo de décadas, vem alterando seu comportamento e, juntamente com outros atores sociais, passa a exigir das empresas posturas mais éticas em relação ao modo que se relacionam com os seus funcionários e com a sociedade de modo geral.

Essa transformação passa a exigir das empresas a alteração profunda do modo de gerir seus negócios, rompendo com a visão tradicionalista, passando então a entender-se que a mesma não serve exclusivamente para gerar lucros aos seus acionistas, devendo estar comprometida eticamente com o desenvolvimento sustentável da sociedade onde está inserida.

Nesse sentido se faz necessário romper com a visão limitada de que, para desenvolver Responsabilidade Social, deve-se reduzir as ações filantrópicas, conforme enfatiza Mueller (2003, p. 63):

Em resumo, a filantropia decorre de uma ação individual e voluntária, enquanto a responsabilidade social parte de uma ação que visa o coletivo e tem por objetivo transformar uma dada realidade, promovendo principalmente a inclusão social.

O debate em torno da atuação social das empresas surgiu no final do século XIX e continuou sendo discutido no início do século XX, porém ainda muito tímido. Centrou-se na defesa de que as empresas deveriam se preocupar com algo além da obtenção de lucros. Estas discussões emergiram na Inglaterra, passando posteriormente a fazer parte do debate nos Estados Unidos. (GAFSKI, 2003)

A partir da década de 1950 é que o tema Responsabilidade Social passou a ser trabalhado por pesquisadores na Europa e nos Estados Unidos. Inicialmente, os pesquisadores estavam preocupados com a postura da empresa diante dos impactos causados por seus negócios. Já na década de 1960, passaram a se preocupar com o relacionamento das empresas e seus diversos agentes, como empregados, fornecedores, clientes, etc. Na década de 1970, o tema passou a fazer parte do debate público, envolvendo aspectos da sociedade, como pobreza, desemprego, discriminação, etc. (SOUTO, 2003)

Um dos aspectos que vem influenciando toda esta transformação e preocupação das empresas em mudarem seu modo de gerir os negócios está na alteração de postura do consumidor. Barbosa (2001, p. 22) traz, de maneira cronológica, a mudança do comportamento do consumidor e suas novas exigências:

Alterações no comportamento do consumidor vêm sendo notadas ao longo dos anos. Nos anos 50, época em que o mundo descobria as maravilhas das máquinas eletrônicas, especialmente os eletrodomésticos, as pessoas valorizavam os produtos com referências técnicas que demonstrassem eficiência. Mais tarde, a partir da década de 70, as máquinas começaram a perder espaço. Todos davam atenção aos apelos à emoção, principalmente quando eram feitos por pessoas famosas. Agora, na contemporaneidade, as pessoas dão importância às marcas que têm dimensão social e ética.

Estas novas exigências, por parte dos consumidores, obrigam as empresas a adotarem posturas éticas e socialmente responsáveis, pois além da requisição de assumirem a coresponsabilidade na resolução das demandas sociais, esta é uma exigência para que possam manter-se em um mercado competitivo.

No Brasil, o tema é ainda mais recente. Teve seu início com ações filantrópicas e caritativas, e, posteriormente, foram apresentando-se ensaios no sentido das empresas estarem atuando e divulgando suas iniciativas na área social. Como exemplo, pode-se citar o prêmio de Contribuição Empresarial à Comunidade, lançado na década de 1980, pela Câmara do Comércio da São Paulo.

A Responsabilidade Social entra no cenário nacional, com maior força, através da iniciativa do sociólogo Hebert de Souza, o Betinho.

Uma dos principais responsáveis pela disseminação dessa tomada de consciência foi o Sociólogo Herbet de Souza, o Betinho, que comandou a pungente campanha contra a fome, na Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida, considerada a maior mobilização da sociedade brasileira em favor dos excluídos. (Expressão, ano 11, nº 112, 2001, p. 20)

A iniciativa de Betinho pode ser apontada como um marco na aproximação do empresariado com as questões sociais. Podem-se citar outros acontecimentos e iniciativas que auxiliaram na difusão da Responsabilidade Social no país. Em 1997, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, juntamente com Betinho, passou a insistir na

importância de um modelo único de Balanço Social a ser adotado pelas empresas, de modo que estas pudessem divulgar suas experiências na área social.

Outra contribuição importante foi a criação do Grupo de Instituições, Fundações e Empresas - GIFE que vem, desde o final da década de 1980, articulando-se com o intuito de “aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum”. (Expressão, 2001, ano 11, nº 112 p. 20).

Cita-se também a importância da criação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, fundado em 1998, com o propósito de difundir as práticas de Responsabilidade Social, estimulando a ligação entre empresários e demandas sociais. Para tanto, o Instituto realiza eventos e palestra sobre o tema, publicações, troca de experiências, oferece informações via internet, bem como auxilia as empresas na implementação e controle da gestão socialmente responsável.

Para dar conta desta última questão, o Instituto criou, a partir do ano de 2000, os Indicadores Ethos como “um sistema de avaliação do estágio em que se encontram as práticas de responsabilidade de social nas empresas”. (BARBOSA, 2001 p. 32). Tais indicadores são constantemente avaliados e alterados.

A versão junho/ 2003 dos Indicadores Ethos coloca que:

Os indicadores Ethos de Responsabilidade Social, agora em sua terceira versão, foram criados como uma ferramenta de aprendizado e avaliação de práticas de responsabilidade social empresarial (RSE), ao planejamento de estratégias e ao monitoramento de desempenho geral da empresa. Trata-se de um instrumento de **auto-avaliação** e **aprendizagem**, de uso essencialmente interno. (Indicadores Ethos de Responsabilidade Social, 2003 p.3).

Os Indicadores Ethos dividem-se em sete grandes temas: Valores e Transparência, Público Interno, Meio Ambiente, Fornecedores, Consumidores e Clientes, Comunidade, Governo e Sociedade. O questionário que trabalha esses temas deve ser preenchido pelas

empresas, indiferentemente do tipo de atuação ou o porte que apresentam. Refere-se a uma auto-avaliação que deve contar com a participação das mais diversas áreas da empresa. Tem como objetivo proporcionar à empresa uma leitura ampliada do estágio de responsabilidade social empregado, implicando em uma profunda avaliação e posterior planejamento de novas práticas a serem incorporadas à gestão de negócios.

Todas as transformações na sociedade e na exigência dos mais diversos atores sociais, referente à atuação empresarial diante de causas sociais, bem como as iniciativas e experiências no sentido da atuação das empresas na área social, contribuíram ao longo das décadas para o atual cenário de Responsabilidade Social Empresarial, que ainda por ser um fenômeno relativamente novo, traz no seu contexto algumas dificuldades quanto a sua conceituação e entendimento. Neste sentido, torna-se importante indicar as diferentes conceituações que o termo adquire na contemporaneidade.

O fenômeno Responsabilidade Social está presente no meio empresarial como uma forma de gestão de negócios. Já no meio intelectual, apresenta-se como tema de pesquisas e debates, suscitando diferentes interpretações. Aragão e Karkotli (2004, p.57-58) apresentam o entendimento de vários autores referente ao termo e resumem seus apontamentos em um quadro síntese apresentado a seguir.

Autores	Conceituação
Bowen (1943)	Obrigação do empresário em adotar políticas, tomar decisões, e acompanhar linhas de ação desejáveis, segundo os objetivos e valores da sociedade.
Petit (1976)	Ética do lucro dando lugar à ética da responsabilidade social: demandas sociais que não podem ser satisfeitas pelas técnicas tradicionais de gerência empresarial, ou seja, com funções especificamente econômicas.
Friedman (1970)	Responsabilidade Social é um comportamento antimaximização de lucros, assumido para beneficiar outros que não os acionistas da empresa. Portanto, existe somente uma responsabilidade da empresa: utilizar seus recursos e organizar suas atividades com o objetivo de aumentar seus lucros, seguindo as regras do jogo de mercado.
Kugel (1973)	Desenvolvimento do conceito de responsabilidade social: acompanhou a própria evolução dos programas sociais estabelecidos pelas empresas americanas. Os executivos passaram a aceitar a necessidade de realizar

	certas ações e procuraram fazer com que fossem componentes regulares das operações das empresas.
Zenisek (1979)	Responsabilidade Social como uma preocupação com as expectativas do público. Seria, então, a utilização de recursos humanos, físicos, e econômicos para fins sociais mais amplos, e não simplesmente para satisfazer interesses de pessoas ou organizações em particular.

Ilustração 1 - Síntese conceitual de responsabilidade social

Fonte: Aragão e Karkotli (2004, p. 57-58)

A partir da análise do quadro apresentado acima, pode-se perceber que o tema apresenta definições diferenciadas, porém percebe-se que há convergência no que se refere a finalidade maior da adoção de tal prática, que é a obtenção do lucro, através de estratégias de marketing social.

Percebe-se ainda que no cenário nacional atual está em voga a questão da Responsabilidade Social como uma exigência do mercado e da sociedade às empresas. Estas, por sua vez, incorporam este exercício como estratégia para responder às exigências que lhes são postas, atuando como alternativa na resolução de problemas sociais, antes absorvidos pelo Estado, a fim de legitimar seus produtos e serviços perante os consumidores e a sociedade em geral.

Os consumidores vem se apresentando mais exigentes, não somente no que se refere a qualidade dos produtos e serviços, via código de defesa do consumidor, mas também no que diz respeito as práticas de Responsabilidade Social das empresas. Porém é necessário refletir sobre como se dá a construção desta exigência. A *liberdade* de escolha do consumidor é construída a partir do consentimento do mercado, ou seja, este constrói seus consumidores e o nível de exigibilidade que estes irão possuir, pois a qualidade dos serviços difere conforme o nível social dos indivíduos.

Com o repasse da responsabilidade do enfrentamento das questões sociais do Estado para a sociedade civil, bem como com a descentralização para os âmbitos regionais e locais, o

Estado e o mercado criam um ambiente propício para a participação das empresas e organizações da sociedade civil como co-responsáveis pela oferta de políticas sociais, o que concretiza um desmonte da universalização dos direitos sociais. Este desmonte está inserido no discurso neoliberal como aponta Costa (2000, p.328).

A universalização das políticas sociais foi considerada como um fator contrário à equidade, já que beneficia setores da população que não estão dentro da linha da pobreza e, portanto, podem pagar pelos serviços de educação, especialmente quanto à educação superior e à saúde, no caso do atendimento hospitalar.

Neste sentido, a descentralização das políticas públicas deixa de ser uma alternativa de ampliação da esfera pública, com a participação dos indivíduos na proposição e no controle destas, e com a adequação dos serviços às demandas locais pelos municípios, e se configura como justificativa para o crescimento do Terceiro Setor em detrimento da ampliação do Estado. Essa participação no entanto, implica em superar a perspectiva de que os indivíduos participem só como voluntários ou usuários destas organizações mas também exercendo o controle social, afim de exigir do Estado respostas para a ampliação de suas ações e não o contrário como vem ocorrendo.

Mesmo sendo algo novo e ainda controverso as práticas de Responsabilidade Social Empresarial vêm sendo apoiadas e disseminadas por vários institutos, empresas, associações, etc. Sendo assim, outras conceituações também são indicadas a respeito do tema. O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social indica que a

Responsabilidade Social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários. (Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2001, apud MUELLER, 2003, p. 67)

Ainda nesta perspectiva, o Diretor Técnico da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Miguel Serediuk Milano (2002, p. 10), define o termo da seguinte forma:

Por responsabilidade social empresarial entende-se a conduta ética e responsável adotada pelas empresas na plenitude das suas redes de relações, o que inclui o universo de seus consumidores, fornecedores, funcionários, acionistas, comunidade em que se inserem ou sobre a qual exercem algum tipo de influência, além do governo e do meio ambiente. Em outras palavras, são pressupostos da responsabilidade social empresarial o adequado cumprimento de toda legislação (trabalhista, fiscal, ambiental, direitos do consumidor, ...) e a postura ética em todas as relações (governo e comunidade), não sendo possível ser socialmente responsável burlando a lei ou usando artifícios para escapar aos valores morais e éticos.

Pode-se perceber nas citações anteriores que o termo Responsabilidade Social Empresarial assume atualmente a perspectiva de transformação no modo das empresas gerirem seus negócios, direcionando-os para a sociedade e trazendo novas formas de relações, seja entre empresas e governo, empresa e sociedade, empregado e empregador, investidores e beneficiados. Implica também em a empresa desviar seu foco para além da obtenção do lucro em curto prazo e a qualquer custo para a incorporação de práticas éticas que superam o respeito às normas e leis preestabelecidas, rompendo a barreira da caridade para a adoção de ações articuladas no ideário do *desenvolvimento sustentável da humanidade*.

Um dos princípios para o exercício da Responsabilidade Social é a adoção de condutas éticas pelas empresas em todas as etapas de processo de produção.

A responsabilidade social e a ética caminham de mãos dadas numa visão de que as ações comunitárias são geradoras de fidelidade dos consumidores e mais motivação e fidelidade por parte dos colaboradores. A sociedade, portanto, quer e exige ética. Deseja que as empresas assumam o seu papel no desenvolvimento da região e que tragam melhor qualidade de vida às pessoas da comunidade, com iniciativas que transcendam o mínimo exigido pelas legislações. (SOUZA FILHO, 2001 p. 169)

Atualmente as empresas estão operando em uma espécie de vitrine gigante, onde há uma concorrência extremamente acirrada e também uma vigilância permanente dos

consumidores e da sociedade em geral. Estão inseridas em uma espécie de aquário global “onde nada mais pode ser jogado para debaixo do tapete. Aliás, mal se consegue encontrar onde o tapete está”. (MATTAR, 2001 p. 15). Para o autor isso indicaria que não é possível ser uma empresa socialmente responsável sem ser ética e nem usar a Responsabilidade Social como meio para camuflar condutas irregulares ou ilícitas.

A questão ética nos negócios nem sempre foi considerada importante, pois se avaliava que nessa área nem sempre é possível tomar a melhor decisão, devido à incerteza das relações ali estabelecidas. Porém com o passar do tempo o tema foi começando a ser considerado importante e passou a ser estudado.

Baseado no processo histórico dos Estados Unidos, Monteiro (2004) apresenta a evolução do estudo da ética empresarial em cinco períodos distintos, organizados da seguinte forma:

- a) anterior a 1960: até então a ética era tratada sob critérios religiosos;
- b) década de 1960: decadência dos centros das grandes cidades e a ampliação da consciência social;
- c) década de 1970: a ética passa a se desenvolver como um campo de estudo independente, professores e pesquisadores passam a estudar esta questão, se esforçando para entender como as organizações tomam suas decisões levando em conta a ética empresarial;
- d) década de 1980: centros de ética empresarial forneceram cursos, publicações sobre o tema;
- e) década de 1990: programas de ética nas empresas, estímulo para que instituíssem programas éticos e se esforçassem para serem empresas-cidadãs.

Já na fase atual, pós-2000, as empresas estão mais preocupadas em manter uma cultura ética própria, ficando menos centradas nas questões unicamente legais. Nesta fase, a ética passa a ser tomada como parte dos valores básicos da empresa, sendo então a boa conduta ética ligada diretamente aos bons negócios. (MONTEIRO, 2004)

Torna-se necessário, no entanto, interrogar que ética é esta. Uma ética que está voltada unicamente para alcançar os objetivos da empresa, para que ela possa manter-se no mercado competitivo e acumular capital? Pode-se considerar ética uma postura calcada na tomada de decisões que levem a obtenção do lucro sem muitas vezes respeitar o outro, seja ele funcionário ou concorrente. A ética está diretamente ligada à posturas baseadas em valores e princípios de justiça de igualdade e de respeito e deve estar regida em um código que deve unificar tais posturas. Porém as empresas adotam uma *ética própria*, ou seja conduzem suas posturas baseadas nos princípios do mercado e do lucro buscando o alcance de interesses particulares. Isso não significa que as empresas não possuam condutas éticas, porém cada uma estabelece tais condutas a partir de interesses próprios e corporativos.

Referente à conduta ética adotada pelas empresas, Aragão e Karkotli (2004) resgata duas abordagens para o tema, interpretado à luz de Weber, que são a ética da convicção e da responsabilidade. A primeira está ligada aos deveres, normas e valores universais. Já a segunda pauta-se na finalidade e no utilitarismo entre propósitos e conseqüências. Sendo assim,

Com o discernimento entre as abordagens da ética da convicção e da responsabilidade não é difícil compreender por que as organizações da economia de mercado se orientam pela ética da responsabilidade, justificando muitas de suas ações e os meios de que se utilizam para as finalidades do lucro e do interesse de alguns. (ARAGÃO e KARKOTLI, 2004, p. 28)

No Brasil, apesar de a questão ser mais recente, várias foram as iniciativas de estudar e difundir as práticas de ética empresarial, como citadas abaixo:

- 1941 - São Paulo – foi fundada a Escola Superior de Administração de Negócio (ESAN), que vem ministrando a ética, desde o início das atividades dos seus cursos de graduação.
- 1992 - O Ministério da Educação e Cultura (MEC) sugeriu formalmente que incluíssem a disciplina de ética empresarial no currículo dos cursos de Administração, em nível de graduação e pós-graduação.
- Ainda em 1992, a Fundação Getúlio Vargas (FGV – SP) criou o Centro de Estudos de Ética nos Negócios (Cene).
- Em 1997, o Cene passou a ser denominado Centro de Estudos de Ética nas Organizações e introduziram-se novos projetos em suas atividades.
- Em 2000, foi realizado o II Congresso Mundial da Isbee (*International Society for Business Economics and Ethics*), única instituição internacional que congrega professores, economistas e profissionais de empresas dedicadas ou interessadas em ética empresarial, sediado pelo Cene/FGV. (ARAGÃO e KARKOTLI, 2004)

Observando-se o processo de desenvolvimento do tema ética empresarial, tanto no cenário nacional quanto no internacional, pode-se perceber que este é considerado relevante no que se refere à manutenção das empresas no mercado, como também no resultado que estas irão alcançar na realização de seus negócios de maneira ética.

Como já mencionado anteriormente, a ética e a Responsabilidade Social Empresarial andam lado a lado. Porém a utilização de tais condutas requer muito mais do que simplesmente vontade do empresário. Pois como afirma Aragão e Karkotli (2004, p.39):

A ética não é um produto que esteja a venda em algum lugar e possa ser adquirido pela empresa. Igualmente a responsabilidade social não é um bem ou serviço a ser produzido, tampouco pode ser colocado à disposição do público. É antes um conjunto de valores e princípios que precisam estar internalizados na organização.

As práticas de Responsabilidade Social e as condutas éticas devem fazer parte do “pulsar” da organização, devem envolver todos os atores que de alguma forma se relacionam com a existência da empresa, desde seus acionistas até o governo e a sociedade em geral, pois mesmo não sendo as ações sociais desenvolvidas pelas empresas, expressões de garantia de direitos universais e fazendo parte de um cenário de desmonte do Estado, em suas práticas internas ou voltadas à comunidade em que estão inseridas, as empresas, dentro de uma postura socialmente responsável, devem ser éticas.

Considerando então que o exercício da Responsabilidade Social passa necessariamente pela conduta ética das empresas em relação aos seus *stakeholders*, cabe aqui apresentar a definição deste termo.

Aragão e Kaokotli (2004, p.19) define *stakeholders* como sendo os “grupos ou elementos que de alguma forma investem seu “empenho” na organização, caracterizando o ambiente empresarial”. Os autores fazem ainda uma divisão entre os *stakeholders*, podendo estes ser internos: os empregados e acionistas; e externos: os consumidores, fornecedores, concorrentes, governos, grupos e movimentos de interesses especiais, mídia, comunidade em geral. Constituindo assim, respectivamente, o ambiente interno e externo da empresa.

Já Pontes (2003, p. 42) indica uma outra concepção de classificação dos *stakeholders*, trazendo a perspectiva de divisão dos *stakeholders* em primários e secundários. Sendo então,

Os *stakeholders* primários (p) ou internos são os *constituencies* ligados diretamente ao capital financeiro da empresa, enquanto os *stakeholders* secundários (s) ou externos são aqueles *constituencies* indiretamente influenciados pela empresa e que não estão ligados às suas transações, mas podem interferir nela.

Dentro dessa perspectiva, a autora apresenta uma lista de amostra de stakeholders primários (p) e secundários (s), formulados por Svendsen (1998), representada na ilustração abaixo.

<b>Proprietários</b>	<b>Comunidade</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• acionistas/ investidores (p)</li> <li>• fundo de pensão dos empregados (p)</li> <li>• fundo mútuo de gerenciamento (s)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• residentes perto de onde a organização opera (p)</li> <li>• associação de moradores (s)</li> <li>• câmara de comércio (s)</li> <li>• organizações de caridade (s)</li> <li>• escolas e universidades (s)</li> <li>• grupos de interesses especiais (s)</li> </ul>
<b>Clientes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• compradores individuais (p)</li> <li>• nicho mercado ético (p)</li> <li>• associação de consumidores (s)</li> <li>• representantes dos consumidores na mídia (s)</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>Meio Ambiente/Espécies não-humanas/Gerações Futuras</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• o meio ambiente (natural) (p)</li> <li>• espécies não-humanas (p)</li> <li>• gerações futuras (p)</li> <li>• cientistas (s)</li> <li>• movimentos de grupos ambientais (s)</li> </ul>
<b>Funcionários</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• novos funcionários (p)</li> <li>• mais velhos, de longo prazo (p)</li> <li>• grupos minoritários (p)</li> <li>• aposentados (p)</li> <li>• funcionários com famílias (p)</li> <li>• sindicatos (s)</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>Mídia</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• representantes da mídia (s)</li> <li>• colunistas (s)</li> </ul>
<b>Indústria</b>	<p style="text-align: center;"><b>Órgão de regulamentação governamental</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>policymakers</i> federais (s)</li> <li>• instituições estaduais e municipais (s)</li> <li>• fiscais locais (s)</li> </ul>

Ilustração 2 – Lista de Amostra de Stakeholders Primários (p) e Secundários (s)

Fonte: PONTES, 2003 p. 43.

O quadro acima aponta, na visão da autora, alguns dos atores e segmentos que a empresa deve considerar e se relacionar de forma socialmente responsável, uma vez que eles participam de forma direta ou indireta dos seus negócios. Mais uma vez é possível perceber que o Estado, dentro da proposta de atuação das empresas na área social, legitima sua atuação minimizada, ficando o discurso neoliberal de redução do Estado fortalecido em detrimento de uma postura emancipatória do indivíduo para buscar um Estado diferente, atuante e forte no

que diz respeito à efetivação de políticas sociais públicas. Com base neste ideário, a sociedade é chamada a dividir a responsabilidade com o Estado através das organizações comunitárias, associações de moradores, voluntariado etc., o que caracteriza a chamada filantropia moderna.

A empresa deve conhecer e classificar seus *stakeholders* para melhor definir suas estratégias de ação e gestão de Responsabilidade Social. Outros fatores devem ser observados na implementação da gestão de negócios socialmente responsáveis, como o planejamento, o controle e a avaliação das ações a serem implementadas pela empresa.

Como o objetivo das empresas não pode mais se resumir única e exclusivamente à questão da obtenção de lucros, faz-se necessário que sejam utilizados instrumentos de avaliação das metas planejadas para os investimentos sociais, a fim de subsidiar-se o direcionamento estratégico dos investimentos sociais realizados, semelhante ao que acontece com as estratégias de lucratividade e competitividade.

Com base no quadro apresentado sobre a Responsabilidade Social Empresarial, e as novas formas de articulação entre estado e sociedade civil, buscaremos no próximo item, indicar como o Serviço Social vem se situando nesse contexto uma vez que, a partir dele, novas possibilidades de trabalho e novas demandas são colocadas à profissão.

## 5. A RESPONSABILIDADE SOCIAL E AS NOVAS DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Nas últimas décadas o mundo vem passando por profundas transformações, principalmente no que se refere ao modo de produção capitalista. O capitalismo industrial cede, aos poucos, lugar ao capital financeiro, ou seja, a produção de bens e serviços, que utiliza a força do trabalho humano para acumular riqueza, passa a ser substituída pelas transações financeiras, onde o capital transita no universo mercantil, com um simples toque de botão. Isto acontece graças ao acelerado desenvolvimento tecnológico, na rapidez do fluxo de informação e da comunicação. Assim como o Estado, as empresas mudam a forma de gerir seus negócios e o modo de se relacionar com as questões sociais, como forma de se adaptarem às transformações que vêm ocorrendo em âmbito mundial. Fazem parte desse cenário um amplo processo de reformas que incluem desde a minimização do Estado com o repasse de parte de suas funções para a sociedade civil, quanto a descentralização das políticas sociais públicas, passando para os estados e municípios a responsabilidade de implementarem programas e projetos sociais, uma vez que os mesmos estariam mais próximos às demandas de cada realidade.

Se utilizada da forma que foi proposta, a descentralização poderia reverter em uma maior eficiência e qualidade deste setor, através do repasse adequado de autonomia, condições financeiras e administrativas para os estados e municípios; poder-se-ia vencer a questão burocrática e dinamizar a oferta de políticas públicas.

No entanto, a idéia de descentralização é utilizada pela ideologia neoliberalizante como uma reestruturação necessária ao Sistema de Proteção Social Brasileiro, uma vez que o tornaria mais eficiente, aumentaria a participação em nível local, e possibilitaria a junção de

para o exercício da cidadania e da participação política, mas sim como forma de chamar os indivíduos, os grupos organizados, as organizações com ou sem fins lucrativos para exercerem sua participação, no sentido de “cada um deve fazer sua parte”, ser solidário, fazer caridade para com os necessitados, sem apostar na possibilidade da distribuição do poder e somente do dever de ser benemérito.

Neste sentido, o Terceiro Setor ganha força, através do voluntariado e do atendimento às demandas diante da ausência do Estado, pois agregam as mais diversas iniciativas, sejam elas promovidas por fundações, associações, Organizações não Governamentais – ONGs, empresas, etc. “Em nome de suas virtudes solidárias e empreendedoras, as organizações do Terceiro Setor são celebradas como alternativas, eficientes, flexíveis, e dinâmicas na prestação de serviços sociais”. (KAMEYAMA, 2001, p. 24). Porém é necessário sempre analisar os motivos e as conseqüências do crescimento deste setor diante do desmonte paulatino das políticas públicas no país.

Por sua vez, as empresas, diante destas novas exigências e possibilidades, aderem a um novo modismo, o da Responsabilidade Social Empresarial, que se resume à adoção de posturas éticas na condução dos negócios. Isto porque precisam ir além de iniciativas filantrópicas e pontuais, para atenderem às demandas da sociedade, que passaram a ser mais exigentes quanto à postura das empresas diante das mazelas aprofundadas pelo capitalismo e também como forma de manterem-se no mercado competitivo. Kameyama (2000, p 249), coloca que, “para as empresas, o *social* emerge como um novo campo de oportunidade, onde elas poderão obter, como já assinalamos, maior competitividade através da agregação do valor social aos seus negócios”.

A autora acrescenta ainda que as empresas dividem suas ações nesta área em internas e externas, sendo as internas voltadas para a motivação dos funcionários, a criação de um

ambiente de trabalho agradável, e o ganho da lealdade, disposição e dedicação. Tais ações vão desde a adoção de programas de recrutamento e seleção, ao incentivo à formação profissional, oferecimento de *benefícios*, que nada mais são do que direitos adquiridos, para os colaboradores e seus dependentes. Sem dúvida que desta forma as empresas ganham funcionários mais qualificados, mais dispostos, e aumentam sua produtividade, praticando um falso *adestramento de seus colaboradores*.

As ações externas estão mais ligadas ao desenvolvimento de programas e projetos voltados para a comunidade. Estes compreendem desde doações para entidades assistências, financiamento de projetos desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos até desenvolvimento pela própria empresa de programas e projetos sociais. Tais ações configuram um retorno ao messianismo, ou seja, as empresas investem, doam parte de seu lucro de forma filantrópica para a comunidade, afim de se legitimarem e conseguirem mais lucro. Esta ação, como indicam os próprios empresários, é um investimento e como tal visa retorno lucrativo.

Mas a autora acrescenta que as empresas estão ampliando sua atuação na área social através de condutas socialmente responsáveis, principalmente no que se refere às ações ligadas às comunidades. Porém, tais iniciativas não se apresentam de forma positiva para o enfrentamento global das questões sociais, uma vez que podem apresentar ganhos e eficiência no desenvolvimento de projetos e programas sociais no plano micro, mas na medida em que os esforços são focalizados e isolados, proporcionam a fragmentação e dispersão dos investimentos na área social.

Como alternativa para o enfrentamento desta questão, Kameyama (2000, p. 251), coloca que,

Neste sentido, é necessário que haja articulação e coordenação no sentido de definir uma Política de Ação ao nível nacional, com objetivos, metas, prioridades, para que as ações empresariais sejam realmente eficazes para as empresas em termos de resultados e para as populações alvos em termos de serviços e benefícios. Uma das tendências nas formas de atuação das empresas é a formação de parcerias e alianças estratégicas com entidades sociais, onde as empresas utilizam sua competência e seus recursos disponíveis para promover ações sociais do que simplesmente aportar recursos financeiros.

Como aponta Kameyama, (2000), em suas conclusões referente à primeira pesquisa realizada no país sobre a Responsabilidade Social das empresas, organizada pelo Instituto Ethos e pela Fundação Dom Cabral de Belo Horizonte, as empresas não tratam de maneira adequada seus programas na área social e excluem essas ações do seu foco principal. Elas têm como preocupação primeira o marketing social de suas ações e os benefícios diretos e indiretos trazidos para a lucratividade dos negócios, ficando os benefícios à comunidade em segundo plano.

Apesar de a Responsabilidade Social Empresarial não representar um fato decisivo para a conquista de um Estado forte e atuante na área social, é uma realidade presente tanto no cenário brasileiro como no cenário mundial.

No entanto, faz-se necessário considerar a configuração de um Estado Mínimo, proposto pela ideologia neoliberal e o incentivo fiscal oferecido às organizações que desenvolverem projetos sociais, para a partir daí se fazer uma crítica a esta nova formatação do enfrentamento das questões sociais, caracterizada pela oferta pontual de programas e projetos sociais, através das iniciativas socialmente responsáveis das empresas.

O repasse de ofertas dos programas sociais da esfera estatal para as iniciativas empresariais e das organizações do Terceiro Setor tem sido assunto de debate entre as várias profissões, pois se configura como um novo campo de atuação profissional. Em relação ao

Serviço Social, esta nova possibilidade de trabalho vem sendo estudada com as devidas críticas, mas igualmente buscando compreender este campo como alternativas de trabalho em face das dificuldades do próprio mercado e de inserção dos profissionais na esfera pública.

Neste sentido, As transformações que vem ocorrendo nas últimas décadas seja na esfera produtiva seja nas relações Estado - Sociedade tem alterado, igualmente, as demandas colocadas às diferentes profissões.

Aceitando-se o convite de Marilda Iamamoto (2001, p. 19), é que se fará aqui algumas considerações à respeito do Serviço Social na atualidade, dos novos desafios postos à profissão e como o Assistente Social está se colocando frente às novas demandas de trabalho. Sendo assim,

Estão todos convidados a pensar as mudanças que vêm afetando o mundo da produção, a esfera do Estado e das políticas públicas e analisar como elas vêm estabelecendo novas mediações nas expressões da questão social hoje, nas demandas à profissão e nas respostas do Serviço Social.

Como Indica Faleiros (1996, p. 10) “pensar no futuro, hoje, não é olhar para uma bola de cristal e fazer adivinhações, mas considerar tendências que podem se desenvolver ou não, de acordo com a hegemonia e a contra hegemonia das forças em presença”. Ou seja, pensar nas novas demandas para o Serviço Social, requer pensar as possibilidades de atuação, frente as transformações ocorridas no Estado e na Sociedade.

O próprio Serviço Social, vem ao longo do tempo, questionando sua atuação frente as transformações ocorridas no mundo e as novas configurações da questão social. O movimento de reconceituação da profissão, a partir dos anos 1960, vem questionar o projeto assistencialista/beneficente a fim de romper com a ideologia da adaptação e dar um ordenamento político à profissão, possibilitando um novo posicionamento frente aos limites postos à atuação. Faleiros (1996, p.11), coloca que,

Ao controle burocrático opôs-se o controle social, de baixo para cima, ao processo adaptativo, opôs-se o processo participativo, à rigidez metodológica opôs-se a construção do trabalho social em processo, ao empirismo opôs-se a elaboração teórica.

Esta contestação da atuação profissional ocorre concomitantemente às transformações do capitalismo, do reordenamento do aparelho do Estado, das relações sociais e do mundo do trabalho. E estas mudanças vão afetar diretamente as instituições, bem como a própria prática profissional.

Na década de 1970, as transformações societárias já sinalizadas na década anterior, passam a ficar mais evidentes. As décadas de ouro do capitalismo chegam ao fim, e este se vê forçado a encontrar alternativas para a crise que hora se apresentava. O fim do “pacto de classes” expresso nos tempos do *Welfare State*, foi rompido e um novo padrão de crescimento foi colocado em pauta.. (NETTO, 1996)

Estas transformações irão marcar as décadas posteriores com a globalização do capital, bem como, com um novo e global “plano de enfrentamento das questões sociais”, onde os Estados nacionais passam a adotar políticas internacionais de reordenamento de suas ações.

No mundo contemporâneo nunca houve tantas semelhanças entre as políticas nacionais, ou seja, elas parecem cada vez mais internacionais: corte nos gastos públicos, abertura comercial, redução dos impostos para os mais ricos, reforma do sistema de produção social, arrocho salarial, terceirização, privatização. Essas políticas comuns, de orientação neoliberal, visam privilegiar o mercado como modelo de regulação das oportunidades. (FALEIROS, 1996, p.18)

Pode-se perceber que com a adoção destas políticas internacionais, os Estado nacionais passam a desenvolver um terreno propício para a nova forma de acumulação capital, o capitalismo financeiro e flexibilizado, que se expande pelo mundo através da tecnologia de comunicação globalizada e da implantação de empresas em países que possibilitem maior exploração dos trabalhadores. Além da configuração minimizada do Estado, que retrai sua atenção à área social e a transfere para as organizações não-governamentais e privadas.

O Brasil, como país em desenvolvimento e submetido aos ordenamentos neoliberais, passa também a dotar tais políticas, principalmente à partir da década de 1990, onde o é colocada em prática a Reforma do Estado, através de privatizações, terceirizações e redução da atuação do Estado na área social. Este processo de reforma teve como objetivo reordenar o aparelho do Estado, para impulsionar o desenvolvimento e o crescimento econômico do país, porém o que se pode constatar é um crescente desmonte das políticas públicas.

No decorrer destas transformações as organizações da sociedade civil também mudaram a forma de se relacionar com o Estado. Se na década de 1980, emergiram os movimentos sociais, que agiam de forma crítica à ação do Estado e na luta por direitos sociais. Porém, na atualidade vem se apresentando uma outra modalidade de organizações da sociedade civil, mais direcionadas ao fornecimento de serviços sociais, de programas e projetos, como por exemplo, as ONG's, os grupos de voluntários, associações de diversas ordens tanto de natureza pública quanto privada. Uma grande parcela da sociedade civil, mesmo organizada, vem deixando de atuar no sentido da exigência de implementação de políticas públicas por parte do Estado, deslocando seus esforços para construir parcerias e preencher a lacuna deixada pela ausência do Estado.

Neste sentido, Yamamoto (1999, p. 121), coloca que,

A sociedade civil passa a ser lida como um conjunto de organizações diferenciadas mas complementares, destituídas de contradições entre interesses, de classes e seus segmentos, encobrindo e esvaziando conflitos sob a evocação da solidariedade. Parece atualizar inspirações clássicas da sociologia positiva na análise da sociedade moderna, que reforçam os elos de coesão social, com forte apelo à moral, em detrimento da visibilidade e reconhecimento das tensões sociais. Assim, a sociedade capitalista passa a ser lida sob a ótica da comunidade, numa regressão conservadora, que salienta os laços de coesão em detrimento das contradições, tratando como idênticas organizações com funções e significados sociopolíticos e econômicos inteiramente distintos na sociedade: as corporações empresariais, entidades combativas na defesa de direitos humanos e sociais, a tradicional filantropia e o voluntariado. Este processo amplia o espaço dessas organizações na gestão e execução de políticas sociais, com amplas

repercussões nas condições de trabalho e no mercado de trabalho especializado.

Sendo assim, esta nova configuração da oferta de políticas sociais, através da retração do Estado e do surgimento de inúmeras organizações sem fins lucrativos, trazem novas possibilidades e limites para a atuação do Serviço Social que devem analisados.

Para a autora, compreender o atual quadro sócio-histórico, não se apresenta apenas como mero pano de fundo para a atuação profissional e sim permeia o seu cotidiano, bem como interfere tanto nas condições de trabalho dos Assistentes Sociais, como na vida dos usuários e dos programas sociais.

Para tanto o Serviço Social deve romper com a visão endógena da profissão e olhar para o que está ocorrendo no Estado, na Sociedade e na relação entre eles. É extremamente necessário, romper com a barreira da burocratização do trabalho do Assistente Social, e as limitações colocadas pelas instituições e pelos programas sociais “prontos” em que os profissionais são historicamente chamados a atuar, principalmente junto ao atendimento direto aos usuários.

Não se pode esquecer que o Serviço Social está inserido na divisão sócio-técnica do trabalho. Ou seja, ao mesmo tempo em que atua frente as demandas advindas da reestruturação do mundo do trabalho representadas por profundas mudanças, como por exemplo, o desmonte dos direitos trabalhistas, a flexibilização dos contratos de trabalho, a insegurança na permanência do emprego, etc, o Serviços Social é submetido a elas no que interfere diretamente nas possibilidades de atuação profissional. E para dar conta destes novos desafios e demandas deve adequar seu projeto de formação profissional com o mercado de trabalho, como condição para a sobrevivência do Serviço Social.

Neste sentido, coloca Yamamoto (2001, p.172),

Como qualquer profissão, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, sua produção depende de sua *utilidade social*, isto é, de que seja capaz de responder às *necessidades sociais*, que são a fonte de sua demanda. Sendo o assistente social, um *trabalhador assalariado*, depende da venda de sua *força de trabalho especializada no mercado profissional de trabalho*. Para que ele tenha valor de troca, expresso monetariamente no seu preço, é necessário que confirme o seu valor de uso no mercado.

Todo este debate referente o Serviço Social na atualidade, suscita também a questão da formação e da prática profissional.

Conforme indica Iamamoto (2001,p 169),

para se gestar um novo projeto de formação profissional há que estar atento aos “silêncios”, aos “vazios” do debate contemporâneo do Serviço Social para *antecipar* problemáticas e propostas, preenchendo lacunas e somando forças para o enfrentamento da voga neoliberal em suas características conservadoras e privatistas, que reduzem o cidadão à figura do consumidor ao erigir o mercado como eixo regulador da vida social, obscurecendo as funções públicas do Estado a favor de sua privatização. Assim, *pensar a formação profissional no presente é, ao mesmo tempo, fazer um balanço do debate recente do Serviço Social*, indicando temas a serem desenvolvidos, pesquisas a serem estimuladas para decifrar as novas demandas que se apresentam ao Serviço Social.

Neste sentido a autora acrescenta que os condicionantes internos estão ligados às competências do profissional, à capacidade de leitura ampliada de realidade, à utilização de técnicas e estratégias, etc. Já os externos referem-se as condições de trabalho, aos conflitos de poder institucionais, a situação da demanda, etc. Em fim, pensar a prática profissional requer ampliar a visão, englobando tanto as competências profissionais como o contexto em que o trabalho está inserido.

Sendo assim, pensar o Serviço Social, frente às demandas emanadas das transformações societárias, requer um olhar crítico, estudo e pesquisa, e posteriormente “uma pitada” de ousadia para utilizar as possibilidades sem esquecer a formação e nem os pressupostos éticos da profissão. Deve-se perceber as possibilidades apontas para a atuação

profissional, pois há sempre a alternativa de uma atuação criativa, inventiva, inovadora, propositiva. Porém é necessário aprender a fazer uma leitura ampla da realidade, a fim de mapear as possibilidades que tem maior potencial a ser trabalhado pelo profissional.

As transformações ocorridas no tempos atuais, caracterizadas pela retração do Estado no campo das políticas sociais, ampliam a atuação das organizações da sociedade civil na oferta de serviços públicos, bem como a iniciativa de empresas privadas. Essas iniciativas são apresentadas como uma alternativa à ineficácia do estado, onde a empresa investiria recursos privados a fim de alcançar interesses públicos, no sentido de camuflar o cunho capitalista de alcançar lucros.

Iamamoto (1999, p. 124), coloca que,

*O novo espírito social de dirigentes de grandes grupos econômicos expresso na atualidade, não pode ser confundido com impulsos distributivos e/ou humanitários generosos. Trata-se de uma recente tendência das empresas de apresentarem uma face social inscrita em suas estratégias de marketing. Em outros termos, o mote da solidariedade humana, da preservação da natureza para o desenvolvimento auto-sustentado, do compromisso com a redução da pobreza e exclusão passam a ser utilizados como meios de atribuir respeitabilidade e legitimidade social ao empreendimento, estimulando a elevação de seus índices de rentabilidade.*

Mesmo ultrapassando os muros das empresas e chegando até as comunidades, estas iniciativas das empresas não concretizam a garantia de direitos sociais. Estão voltados para os interesses privados em detrimento do interesse coletivo e público. A seletividade na oferta de serviços sociais é presente, impedindo o exercício da cidadania e a universalidade no acesso às políticas públicas.

Apesar de não se caracterizar como concretização de direitos sociais, que devem ser ofertados na esfera pública, as iniciativas empresariais apresentam-se de forma crescente na realidade que hora observa-se no país.

Desta forma, as empresas, passam a recrutar o profissional de serviço social para atuarem no desenvolvimento de programas e projetos, tanto para o público interno das empresas, como para a comunidade. Os assistentes sociais, são chamados a atuar na desenvolvimento, planejamento, execução de programas e projetos, seleção e recrutamento de pessoal, desenvolvimento de programas voltados a saúde e qualidade de vida dos trabalhadores, administração de salários, planejamento de carreira, avaliação de benefícios e desempenho, etc. em fim, abrem-se inúmeros possibilidades de atuação profissional, dentro e fora das empresas.

Sendo assim, as demandas advindas das práticas de responsabilidade social por parte das empresas, não devem ser ignorados pelo Serviço Social, pois fazem parte de uma nova reestruturação societária, são frutos de uma série de transformações, principalmente no que se refere à atuação do Estado na resolução das questões sociais e resultam na exigência de um posicionamento profissional calcado em um forte projeto ético político. Em fim, o profissional de serviço social, deve sempre levar em consideração os princípios éticos de sua profissão e atuar no sentido da conquista, garantia e ampliação dos direitos sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado Moderno, na atualidade, prossegue, legitimando as formas de acumulação capitalista. As crises que o sistema capitalista vem sofrendo ao longo de sua história, e principalmente, a partir dos anos 1970, acarretaram grandes mudanças também em relação ao Estado. Considerado um dos pilares da crise do capital especialmente em relação aos gastos com políticas sociais públicas, o Estado vem sendo convocado a se reestruturar e apresentar alternativas para o enfrentamento da crise.

Se no período Keynesiano, ocorreu um certo alargamento do Estado, principalmente em relação à área social, através do provimento de políticas públicas em perspectiva universalizante, observa-se, um retrocesso nesse campo, que se evidenciam com os processos de reforma desencadeados a partir do período acima indicado. No Brasil, tais reformas vem provocando um verdadeiro desmonte do aparelho estatal, principalmente no que diz respeito aos investimentos no enfrentamento das questões sociais, sob o pretexto do ônus que estes significam nos gastos públicos.

Neste cenário, a sociedade civil é chamada a atuar como parceira na resolução das questões sociais. Isto poderia caracterizar seu fortalecimento, no sentido do controle social e da proposição. Porém o que pode-se perceber é que esta participação ocorre no sentido da co-responsabilização na resolução dos problemas, e não como possibilidade de construção da democracia e da divisão do poder.

Fortalece-se, assim, o Terceiro Setor, caracterizado como um setor público porém privado, ou seja, que se utiliza de recursos privados para fins públicos, situado entre o Estado e o Mercado, e composto pelas mais diversas organizações sem fins lucrativos. Este vem se apresentando como alternativa na oferta de programas e projetos sociais, frente a ausência do Estado.

Na “onda de que cada um faz a sua parte”, as empresas passam a realizar algumas iniciativas pontuais na área social. Primeiramente com iniciativas mais voltadas a caridade e ao voluntariado, as empresas passam a exercer a chamada filantropia empresarial. Porém, à medida que estas ações vão sendo divulgadas e passam a agregar valor aos produtos, as empresas passam a mudar o modo em que gerenciam seus negócios e buscam incorporar práticas de Responsabilidade Social Empresarial.

A Responsabilidade Social Empresarial caracteriza-se como um novo modo de gerir os negócios, através da adoção de conduta ética frente aos seus *stakeholders*, ou seja, frente à todos os que se relacionam, de maneira direta ou indireta, com os negócios da empresa. Atualmente esta prática empresarial é requisito para se manter no mercado competitivo, uma vez que o *marketing social* legitima a empresa perante a sociedade, bem como os consumidores, exigem tal postura.

Torna-se necessário, no entanto, uma crítica a respeito da ética empresarial, uma vez que esta postura está diretamente ligada com o interesse individualista de acúmulo de capital. Ou seja, a adoção de posturas éticas pelas empresas está relacionada diretamente com a obtenção de condições propícias para a acumulação capitalista.

As práticas de responsabilidade Social pelas empresas privadas, também configuram novas requisições para a atuação do Assistente Social, tanto no de se refere a atuação no âmbito das empresas, quanto nas mais diversas organizações do Terceiro Setor. Além de novos espaços ocupacionais, apresentam-se também novos fazeres, que vão do planejamento, à execução e a gestões de políticas públicas.

Todas estas mudanças no enfrentamento das questões sociais configuram novas demandas para a atuação profissional do Serviço Social. Na atualidade novos desafios estão postos ao Assistente Social, no sentido de compreender as novas demandas postas pelo mercado, mas sem abrir mão de seus pressupostos ético-políticos, de defesa dos direitos sociais, da ampliação da cidadania e da democracia. Além disso, contribuir na realização de estudos e pesquisas sobre o assunto para fomentar a produção de conhecimentos subsidiadores do debate e das intervenções prático-operativas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, S. D. e KARKOTLI G. **RESPONSABILIDADE SOCIAL: Uma contribuição à gestão transformadora das organizações.** Petrópolis – Rio de Janeiro, Vozes, 2004.

**BALANÇO SOCIAL 2001: Rumo certo no desafio da injustiça.** in EXPRESSÃO, ano 11 nº 112, 2001.

BARBOSA, A. A. **Empresa Cidadã.** In Empreendedor Inovação e Valor aos Negócios, ano 7 nº 81 julho de 2001 p. 22-37, ed. Empreendedor, São Paulo.

BASTOS, E. A. **Um Processo Integrado na política de Recursos Humanos da Tupy Fundições Ltda.** (monografia) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico. Departamento de Serviços Social, Florianópolis – Santa Catarina, 2003

BOBBIO, N. **ESTADO, GOVERNO, SOCIEDADE:** Para uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira, 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

BORTOLI, A. de. **A REFORMA DO APARELHO DO ESTADO BRASILEIRO: ENTRE A EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.** 2000. 217 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Pós-Graduação em Direito, Curso de Mestrado do Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

BRASIL (1995). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília, Presidência da República, Câmara da reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e reforma do Estado.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, **Coletânea de Leis.** Florianópolis, CRESS, 2001.

COSTA, L. C. **A REFORMA DO ESTADO NO BRASIL: UMA CRÍTICA AO AJUSTE NEOLIBERAL.** 2000. 408 f. Tese (doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

DAGNINO, E. (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo, Paz e Terra, 2002

DALLARI, D. de A. **Elementos da Teoria Geral do Estado.** São Paulo, Saraiva, 1995.

FALEIROS, V. de P. **Metodologia e Ideologia e o Trabalho Social.** São Paulo, 1981.

FIORI, J. L. **O Consenso de Washington**. São Paulo, InformaCUT, n. 247, nov 1994, p.14-16.

GAFSKI, R. C. **A Atuação do Assistente Social em Práticas de Responsabilidade Social: Clima Organizacional**. (monografia) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio econômico, Departamento de Serviços Social, Florianópolis - SC – 2003 73f.

GELINSKI, C. R. O G. e ARENTI, P. F. F. **SETOR INFORMAL E TERCEIRO SSETOR: DE ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E NOVAS MODALIDADES DE TABALHO**. In *Cadernos de Economia*, p. 69-82, Fundesc, Santa Catarina, Ano, 5, n. 9, jul./dez. 2001.

IAMAMOTO, M. **O Trabalho do Assistente Social frente às mudanças da padrão de acumulação e de regulação social**. In *Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social, capacitação em serviço social e política social*, Brasília, CEAD, 1999.

IAMAMOTO, M. **O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**. 4ª ed. Cortez, 2001.

**Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. 2003**. Disponível no site [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br) acessado em 05/06/2004.

KAMEYAMA, N. **TERCEIRO SETOR E POLÍTICAS SOCIAIS EMPRESARIAIS**. In *O Serviço Social e a Questão Social: Direitos e Cidadania*, p. 245-254, Anais do VII Encontro de Pesquisadores em Serviços Social, Brasília, ABEPSS, v. 2, 21 a 24 de nov. 2000.

KAMEYAMA, N. **A NOVA CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS**. In *Praia Vermelha, Estudos de Política e Teoria Social*, p. 10- 39, v.1, n. 5, Rio de Janeiro, 2001.

MATTAR, H. **Os Novos Desafios da Responsabilidade Social Empresarial**. Palestra proferida na Conferência Nacional 2001 – Empresas e Responsabilidade Social, promovida pelo Instituto Ethos, em São Paulo, dia 6 de junho de 2001, disponível no site [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br) acessado em 5/06/2004.

MILANO, M. S. et al. **RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: O MEIO AMBIENTE FAZ PARTE DO NOSSO NEGÓCIO**. Curitiba 1ª ed. Fundação o Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

MONTAÑO, C. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XX, n. 59, p. 47-79, março 1999.

MONTAÑO, C. E. **La participación en organizaciones democráticas y autogestionadas**. Montevidéo, CLAEH – Série Promoción, n. 11, 1992.

MONTEIRO, L. G. M. **GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS: ÉTICA E Responsabilidade Social nas Organizações.** Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina, 2004, apostila impressa.

MUELLER, A. **A Utilização dos Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa e sua Relação com os Stakeholders.** (dissertação de mestrado) Programa de Pós-Graduação em engenharia da Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003 201f.

NETO, J. P. **A Construção do Projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** In Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social, capacitação em serviço social e política social, Brasília, CEAD, 1999.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a Sociedade Civil.** São Paulo, Cortez, 2004.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado Capitalista.** Trad. Bárbara Freitag. Tempo Universitário, n. 79. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

PANCERI, R. **TERCEIRO SETOR: A Identificação das Competências Essenciais dos Gestores de uma Organização Sem Fins Lucrativos.** 2001, Tese (área de concentração ergonomia). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina.

PEREIRA, L. C. B. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: Para uma nova interpretação da América Latina.** São Paulo, Ed. 34, 1996.

PONTES, J. **Proposta de Modelo para Priorização de Ações de Responsabilidade Social da Organização com base nas Necessidades Sociais da Região onde está inserida.** (dissertação de mestrado) 120f. Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis – SC, 2003

RICO, E. de M. **TEORIA DO SERVIÇO SOCIAL DE EMPRESA: Objetivo e objetivos.** São Paulo, Cortez, 1982.

RICO, E. de M. **O empresariado, a filantropia e a questão social.** In Serviço Social e Sociedade. Nº 61 – Ano XX – novembro de 1999. Cortez, São Paulo.

SALM, J. B. **A EFICIÊNCIA E A EFICÁCIA ORGANIZACIONAL E A LEGISLAÇÃO DO TERCEIRO SETOR.** 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) Área de Concentração em Políticas e Gestão Institucionais, Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina.

SILVA, F. C. T. MEDEIROS, S. E. VIANNA, A. M. **Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens.** Rio de Janeiro. FAPERJ, Mauad, 2000.

SIMIONATTO, I. **CRISE, REFORMA DO ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPLICAÇÕES PARA A SOCIEDADE CIVIL E PARA A PROFISSÃO.** Santa Catarina, impresso, 1998.

SOUTO, S. de. **RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: O papel social das empresas de transito urbano da Grande Florianópolis.** (monografia) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Departamento de Serviço Social, Florianópolis - SC – 2003.

SOUZA FILHO, J. V. de. **RESPONSABILIDADE SOCIAL.** In Revista UNICASTELO, ano 4, nº 6 novembro Santa Catarina 2001

TENÓRIO, F. G. (org.). **Gestão de ONGs: Principais Funções Gerenciais.** 5ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2001.